



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**CLAUDINEI TIAGO TREVELIN**

**INCORPORAÇÃO DE COOPERATIVA DE CRÉDITO:  
Um Diagnóstico Pós Incorporação**

**CHAPECÓ  
2019**

**CLAUDINEI TIAGO TREVELIN**

**INCORPORAÇÃO DE COOPERATIVA DE CRÉDITO:**

Um Diagnóstico Pós Incorporação

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Dr. Darlan Christiano Kroth

**CHAPECÓ**

**2019**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Trevelin, Claudinei Tiago  
INCORPORAÇÃO DE COOPERATIVA DE CRÉDITO.: Um  
Diagnóstico Pós Incorporação / Claudinei Tiago Trevelin.  
-- 2019.  
88 f. :il.

Orientador: Dr. Darlan Christiano Kroth.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Administração, Chapecó, SC , 2019.

1. Cooperativas de Crédito. 2. Incorporação. 3.  
Indicadores Econômico-Financeiros . I. Kroth, Darlan  
Christiano, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

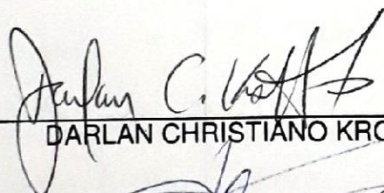
**CLAUDINEI TIAGO TREVELIN**

**Incorporação de cooperativas de crédito: um diagnóstico pós incorporação**

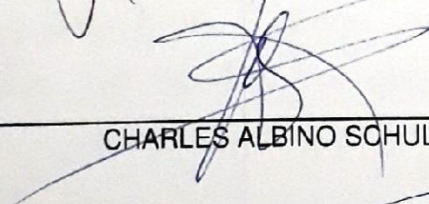
Trabalho de Conclusão do Curso de Administração apresentado como requisito para a obtenção de grau de Bacharelado em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Orientador (a) Prof.(a) **DARLAN CHRISTIANO KROTH** – UFFS

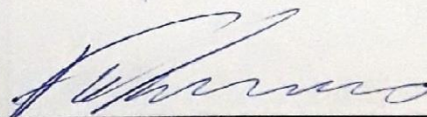
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca na data de:  
25 de Junho de 2019.



**DARLAN CHRISTIANO KROTH – Doutor**



**CHARLES ALBINO SCHULTZ – Mestre**



**FABIANO GEREMIA – Doutor**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus queridos pais, pela vida e por serem apoiadores da minha caminhada até aqui, por entenderem que a educação e ensino são muito importantes na vida de uma pessoa.

Agradecer especialmente a minha companheira Halien Fabiola Cassaro, companheira de vida e agora de profissão, por estar ao meu lado, apoiar e entender, por muitas vezes, que a cada escolha há uma renúncia, pelo carinho, abraços e beijos e dizer que, enfim, esta etapa está concluída.

Ao meu orientador Darlan Christiano Kroth, pelas várias conversas acerca do assunto, pelos esclarecimentos nos momentos de dúvidas, pelo apoio, por contribuir para que o resultado deste trabalho fosse concretizado.

Aos professores aos quais tive a oportunidade de encontrar na universidade e por compartilharem seu conhecimento o decorrer do curso.

Aos meus colegas, amigos e demais familiares, pela parceria.

Ao Sicoob MaxiCrédito pelo apoio e confiança.

Muito Obrigado!

## RESUMO

As cooperativas de crédito possuem um importante papel econômico e social no Brasil, intermediam as operações financeiras de seus cooperados, procurando fazê-lo a um custo menor que bancos comerciais, facilitam o acesso ao crédito àqueles as margens do tradicional sistema bancário e atuam como reguladores de mercado, impedindo a prática de taxas de juros abusivas pelos bancos tradicionais. No entanto, a expansão das atividades das cooperativas de crédito tem sido limitada a questões de sua própria natureza e pela concorrência acirrada. Devido operarem isoladamente, tem sua escala de operação limitada e isso tem levado as cooperativas de crédito a encontrarem dificuldades em se alavancarem no mercado. Diante disso, a incorporação tem surgido como alternativa a permanência e crescimento destas instituições, sendo relevante analisar o impacto que a incorporação exerce no desempenho da cooperativa incorporadora. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos do processo da incorporação sobre o desempenho econômico-financeiro da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO. Mais especificamente realizar a análise vertical e horizontal, análise de Liquidez, Endividamento, Lucratividade, Rentabilidade, Alavancagem, Solvência, Imobilização e Índice de Basiléia, para um recorte de tempo que contempla os exercícios de 2015, 2016 e 2017. Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, sua natureza é exploratória e descritiva, se utilizou de meios de investigação documental e pesquisa bibliográfica e é um estudo de caso. Os resultados identificaram que no geral, a incorporação causou um impacto negativo no ano de sua ocorrência e no ano seguinte os indicadores tiveram movimento de melhora, além de que a estrutura de capital ficou mais volumosa em termos monetários. Outro resultado encontrado, se refere ao aumento do volume das operações de crédito, sucedendo no maior resultado nas sobras da MaxiCrédito no ano de 2017. Os resultados obtidos demonstraram uma recuperação dos indicadores no curto prazo e com uma gestão eficiente é possível sugerir que no longo prazo a incorporação trará resultados satisfatórios, visto que a incorporação já transformou a MaxiCrédito em uma das maiores cooperativas de crédito do Brasil.

**Palavras-chave:** Indicadores Econômico-Financeiros. Cooperativas de Crédito. Incorporação.

## **ABSTRACT**

Credit unions have an important economic and social role in Brazil, they mediate the financial operations of their cooperative, seeking to do so at a lower cost than commercial banks, facilitate access to credit to those banks of the traditional banking system and act as regulators market, preventing the practice of abusive interest rates by traditional banks. However, the expansion of credit cooperative activities has been limited to issues of their own nature and fierce competition. Because they operate in isolation, their scale of operation is limited and this has led credit unions to find it difficult to leverage the market. Given this, the incorporation has emerged as an alternative to the permanence and growth of these institutions, being relevant to analyze the impact that the incorporation exerts on the performance of the cooperative. In this sense, this paper aims to analyze the impacts of the incorporation process on the economic and financial performance of the Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICCOB MAXICRÉDITO. More specifically, we perform vertical and horizontal analysis, Liquidity, Indebtedness, Profitability, Leverage, Solvency, Immobilization and Basel Capital Ratio analysis for a time cut that covers the years 2015, 2016 and 2017. This research has a qualitative approach, its nature is exploratory and descriptive, it has used documentary research resources and bibliographic research and it is a case study. The results showed that, in general, the merger had a negative impact in the year of its occurrence and in the following year the indicators showed a movement of improvement, in addition to that the capital structure was more voluminous in monetary terms. Another result is the increase in the volume of credit operations, which is the result of the higher result in the MaxiCrédito surplus in 2017. The results obtained showed a recovery of indicators in the short term and with efficient management it is possible to suggest that in the long run the merger will bring satisfactory results, since the merger has already transformed MaxiCrédito into one of the largest credit unions in Brazil.

Keywords: Economic-Financial Indicators. Credit Cooperatives. Incorporation.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Princípios do cooperativismo

Quadro 2 - Comparativo entre Bancos e Cooperativas de Crédito.

Quadro 3 - Objetivo da Análise Vertical e Horizontal

Quadro 4 - Evolução dos acordos de Basileia

Quadro 5 - Comparativo entre MaxiCrédito e Blucredi Sul no exercício 2015

Quadro 6 - Números da Incorporação

Quadro 7 - Índices de Liquidez

Quadro 8 - Índices de Endividamento

Quadro 9 - Comparativo do Índice de Basileia

Quadro 10 - Lucratividade e Rentabilidade

Quadro 11. Alavancagem

Quadro 12 - Balanço Patrimonial Sicoob MaxiCrédito (2015, 2016 e 2017)

Quadro 13 – Demonstrações de Sobras ou Perdas Sicoob MaxiCrédito (2015, 2016 e 2017)

Quadro 14 - Quadro de Indicadores



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuições de Cooperativas em níveis. Dez/2017

Figura 2 - Evolução da quantidade de Cooperados - Em milhões

Figura 3 - Evolução da quantidade de singulares que deixaram de estar em atividades por motivo.

Figura 4 - Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema

Figura 5 - Evolução do Patrimônio de Referência (PR) e do requerimento mínimo de PR das cooperativas singulares

Figura 6 - Pilares do Acordo de Basileia II

Figura 7 - Organograma do Acordo de Basileia III

Figura 8 - Índice de Liquidez agregado do sistema financeiro.

Figura 9 - Índice de Basileia de Imobilização do PL da MaxiCrédito

Figura 10 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) do Sistema Financeiro

## LISTA DE SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

AMNINA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

ANC – Ativo não circulante

BB – Banco do Brasil

BCB - Banco Central do Brasil

BIS - Banco de Compensações Internacionais

CC – Código Civil

CMN - Conselho Monetário Nacional

CONCRED - Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito

DSP – Demonstrativo de Sobras ou Perdas

FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

GAF – Grau de Alavancagem Financeira

GAO – Grau de Alavancagem Operacional

GAT – Grau de Alavancagem Total

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Acumulado

LAJIR - Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda

LC - Liquidez Corrente

LCA – Letra de Crédito Agropecuário

LG - Liquidez Geral

LI - Liquidez Imediata

LPA - Lucro Líquido por Ação

LS - Liquidez Seca

LSA – Lei das Sociedades Anônimas

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

PA – Ponto de Atendimento

PC – Passivo Circulante

PF- Pessoa Física

PFC - Portal do Cooperativismo Financeiro

PJ – Pessoa Jurídica

PL – Patrimônio Líquido

PR – Patrimônio de Referência

RDC – Recibo de Depósito Cooperativo

ROA - Retorno sobre o Ativo Total

ROE - Retorno sobre o Capital Próprio

RWA - Ativos Ponderados pelo Risco

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SNCC - Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1. OBJETIVOS .....	15
<b>1.1.1. Objetivo Geral</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1.2. Objetivos específicos</b> .....	<b>16</b>
1.2. JUSTIFICATIVA .....	16
1.3. ESTRUTURA DO TRABALHO .....	19
<b>2. CONCEITOS TEÓRICOS</b> .....	<b>20</b>
2.1. COOPERATIVISMO .....	20
2.2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO .....	23
2.3. INCORPORAÇÕES .....	31
2.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	34
<b>2.4.1. Balanço Patrimonial</b> .....	<b>35</b>
<b>2.4.2. Demonstração de Sobras ou Perdas</b> .....	<b>36</b>
<b>2.4.3. Análise vertical e horizontal</b> .....	<b>37</b>
<b>2.4.4. Índice de Liquidez</b> .....	<b>38</b>
<b>2.4.5. Índice de Endividamento</b> .....	<b>40</b>
<b>2.4.6. Índice de lucratividade e rentabilidade</b> .....	<b>41</b>
<b>2.4.7. Índice de Alavancagem</b> .....	<b>43</b>
<b>2.4.8. Imobilização do Patrimônio Líquido</b> .....	<b>45</b>
<b>2.4.9. Índice de Basileia</b> .....	<b>45</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>50</b>
3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	50
3.2. UNIDADE DE ANÁLISE .....	51
3.3. PLANO DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS .....	51

<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>53</b>
4.1. PROCESSO DE INCORPORAÇÃO .....	54
4.2. ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL.....	57
4.3. ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	69
4.4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO.....	71
4.5. LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE .....	73
4.6. ALAVANCAGEM.....	75
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>85</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Cooperativas de crédito são instituições financeiras que se destinam, principalmente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro. A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias são restritas aos associados, ressalvadas as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentos de remuneração (Lei Complementar nº 130/2009).

As cooperativas de crédito se diferenciam dos bancos comerciais, principalmente pela participação societária dos membros, pois seus “clientes” são ao mesmo tempo proprietários consumidores e ofertantes dos fundos de empréstimos e, em alguns casos, administram as operações da organização por meio da autogestão. Desta forma atuam como impulsionadoras do desenvolvimento local, beneficiando não somente seus cooperados, mas todos os participantes do sistema financeiro, na medida em que buscam balizar taxas e outros serviços financeiros ao oferecerem menores taxas de juros e tarifas mais baratas (SUCUPIRA, 2011).

As Cooperativas de Crédito estão inseridas no sistema financeiro do país desde 1902 e se apresentam com singular importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolvem (BACEN, 2019).

Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (PCF), em 2016, as cooperativas de crédito possuíam 5.633 pontos de atendimento e o sistema se destacou como a maior rede de atendimento do Brasil. Na realização do 11º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (CONCRED), foi divulgado que em aproximadamente 700 municípios brasileiros, a única instituição financeira é a Cooperativa de Crédito.

Dados mais atuais da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) informam que em setembro de 2018 o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) estava estruturado por 5 (cinco) confederações, 3 federações, 2 bancos cooperativos, 35

centrais e 398 singulares e mais de 9,5 milhões de cooperados, sendo as Cooperativas de Crédito a única instituição financeira em 564 municípios brasileiros.

Apesar de estarem presentes no Brasil desde o início do século passado, recentemente, as cooperativas de crédito observam um fenômeno comum no sistema financeiro tradicional, que são as mudanças patrimoniais. Esse movimento está alinhado com a busca de maior eficiência operacional, em que tem proporcionado ganhos de escala significativos para as singulares, num processo de consolidação do cooperativismo de crédito no Brasil (BANCO CENTRAL, 2017). Em 2017, esse processo teve sequência com o cancelamento das autorizações para funcionamento de 53 cooperativas singulares, sendo os processos de incorporação o principal motivo para os cancelamentos de autorização para funcionar, com 47 ocorrências, enquanto apenas 4 (quatro) foram autorizadas a funcionar. O número de singulares em atividade diminuiu de 1.060 cooperativas, em dezembro de 2015, para 957, em dezembro de 2017 (BANCO CENTRAL, 2018).

Um aspecto do processo de consolidação por que passa o segmento é o crescente número de singulares de livre admissão de associados, em detrimento das de crédito mútuo e de crédito rural. Se em 2016 o Banco Central autorizou o início das atividades de apenas duas singulares de livre admissão de associados, seis cooperativas de crédito rural e dezesseis de crédito mútuo foram autorizadas a transformarem-se em livre admissão de associados ao longo do ano (BANCO CENTRAL, 2017).

Para Araújo (2008), a evolução das cooperativas e da própria economia acontece de forma interativa. Ainda conforme Araújo (2008), do ponto de vista estratégico, organizacional, diretivo e de avaliação, as tendências já em evolução ao longo dos últimos anos, irão ganhar mais força ainda, nos próximos anos. São elas: “nível de cooperação entre as pessoas; fortalecimento do nível de concorrências; estruturas organizacionais mais enxutas, princípio de ser maior não é o melhor e o aumento de fusões entre cooperativas”.

No estado de Santa Catarina, em 2016, ocorreu uma das incorporações citadas anteriormente. Depois de aprovada em assembléia, no dia 01/04/2016, a Cooperativa de Crédito Sicoob Blucredi Sul foi incorporada pela Cooperativa de Crédito MaxiCrédito

de Chapecó-SC. A incorporação tornou a MaxiCrédito a maior cooperativa singular dentro da Central Sicoob SC/RS em número de associados.

Independente de sua área de atuação, as organizações visam alcançar uma variedade de objetivos, sendo um que se destaca, é a capacidade de atrair, mobilizar as poupanças e direcioná-las aos investimentos eficientes geradores da renda necessária ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade. As dificuldades de relacionar as variáveis do mundo econômico financeiro provocam imperfeições nos modelos de tomadas de decisão dentro das organizações, podendo gerar consequências ruins para o bom desempenho e sobrevivência da empresa.

Uma ferramenta utilizada para auxiliar os gestores na tomada de decisão é a Análise das Demonstrações Financeiras que oferecem um diagnóstico sobre a real situação econômico-financeira da organização, utilizando relatórios gerados pela Contabilidade e outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente a utilização por parte de terceiros ou no caso das cooperativas de crédito, aos associados (MATARAZZO, 2010).

Neste sentido, indaga-se: **Qual impacto para o desempenho econômico-financeiro da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO que a incorporação da Cooperativa de Crédito Sicoob Blucredi SUL trouxe passados dois anos?**

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo Geral

- Analisar os impactos do processo da incorporação sobre o desempenho econômico-financeiro da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO nos exercícios de 2015, 2016 e 2017.



### 1.1.2. Objetivos específicos

- Caracterizar o cooperativismo de crédito no Brasil, com ênfase na sua tendência de ocorrências de incorporações;
- Calcular os indicadores econômico-financeiros dos demonstrativos contábeis da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO;
- Analisar os indicadores econômico-financeiros da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO a luz do processo de incorporação.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

As empresas podem se utilizar de diversas estratégias para buscar seu crescimento. Segundo Ansoff (1990), a estratégia consiste em uma de diversas regras de decisão para orientar o comportamento da organização. Para Toledo & Anselmo (2003), a primeira dimensão da estratégia faz referência às estratégias de crescimento. Este gênero de estratégia engloba a definição do escopo de atuação da empresa, ou seja, seus negócios, produtos e mercados, e o escopo vertical ou grau de integração na cadeia de valor da indústria. A estratégia de crescimento também abrange as formas da empresa obter seus objetivos, podendo ser via desenvolvimento interno, aquisições e/ou fusões, e alianças estratégicas (TOLEDO; ANSELMO, 2003).

O conceito de Lambin (2000) acerca da estratégia de integração é recomendada para organizações que buscam melhorar sua rentabilidade ao controlar diversas atividades de importância estratégica, atividades estas que estão sendo desenvolvidas ao longo da cadeia de valor na qual esta organização está inserida. Desse modo, existem três formas da integração: 1) a estratégia de integração para frente ocorre quando operações que estão localizadas na cadeia de suprimento entre a organização e o cliente são compradas; 2) a estratégia de integração para trás ocorre quando a organização compra operações da cadeia de valor que estão localizadas entre a empresa e a matéria prima, ou seja, fornecedores, componentes, entre outros; 3) a

estratégia de integração horizontal se dá quando a organização decide adquirir uma empresa concorrente (LAMBIN, 2000).

Diante do exposto se entende que para alcançar seu objetivo de expansão/crescimento, as empresas pensam nos caminhos mais adequados de alcançar esse crescimento. Uma das formas é via aquisição/incorporação de outras empresas do mesmo setor.

Para Chiavenato e Sapiro (2004), o controle é um processo que guia uma atividade exercida para um fim previamente estabelecido. A essência desse processo consiste em averiguar se a atividade sob a qual se exerce controle está ou não alcançando os projetos originalmente pensados. O cerne da atividade de controle reside em verificar se uma atividade está ou não alcançando os resultados almejados (CHIAVENATO e SAPIRO, 2004).

Para Takashina e Flores (1996) os indicadores de desempenho (contábil, econômico e financeiro) são essenciais ao planejamento e controle dos processos das organizações, pois possibilitam o estabelecimento de metas que redundarão na apresentação de resultados que por sua vez poderão ser analisados, contribuindo para a tomada de decisão da empresa.

Martins e Costa Neto (1998) entendem que os indicadores de desempenho são propostos para medir o desempenho em áreas chave da organização como, por exemplo, produtos, processos, recursos humanos e clientes. Eles podem ser usados pela gestão de uma empresa para o controle e melhoria dos processos. Os indicadores sinalizam em que se deve agir para restaurar uma causa específica, prevenir problemas futuros ou atingir um desempenho nunca antes atingido.

Por algum tempo, o foco foi direcionado aos objetivos econômicos e financeiros de uma empresa. Porém, os estudos na área do planejamento estratégico revelaram que a escolha de indicadores para a gestão de uma empresa não deve se restringir aos aspectos financeiros porque eles refletem resultados que já ocorreram e que podem não ocorrer novamente no futuro. Dessa forma, o uso restrito de indicadores focados nos objetivos financeiros não garante que uma organização está caminhando na direção certa (KALLAS, 2003).

O desempenho econômico-financeiro de uma empresa busca constatar, por meio

da análise das demonstrações contábeis, os reflexos das decisões tomadas pela administração na estrutura patrimonial, liquidez e rentabilidade. Para Gabriel, Assaf Neto e Corrar (2005), os indicadores de desempenho demonstram a atratividade dos investimentos.

A seleção do melhor quesito que evidencie e avalie o desempenho de uma empresa, é um desafio muito grande para os profissionais que lidam diretamente com esse setor, uma vez que há inúmeros índices que podem ser empregados para tal finalidade (SOUZA; MACEDO, 2009). Para Assaf Neto (2012, p. 112), “a técnica mais comumente empregada de análise baseia-se na apuração de índices econômico-financeiros, que são extraídos basicamente das demonstrações financeiras levantadas pelas empresas”. Nesse sentido, Kreuzberg, Dockorn e Hein (2015) complementam que essa técnica de analisar as demonstrações contábeis mensura o desempenho organizacional disponibilizando ao setor estratégico das empresas, dados relevantes e que auxiliam no processo decisório. Assim, Breitenbach (2010) descreve a análise econômico-financeira como um aglomerado de elementos, que quando organizados, compõem uma medida de desempenho. Auxiliando os gestores na tomada de decisão e no retorno das informações (*feedback*), possibilitando um controle contínuo da eficiência das atividades desenvolvidas pela organização

Desta forma se entende que o planejamento exige monitoramento e acompanhamento e para tanto se utiliza de indicadores. Um dos instrumentos mais eficazes de acompanhar o desempenho econômico-financeiro é via análise das demonstrações financeiras.

Também é importante lembrar que todas as decisões tomadas nas organizações devem estar pautadas em boas análises, e essas estando bem estruturadas, trazem informações contábeis de extrema relevância para o auxílio dos gestores da instituição. Ao se realizar estas análises, é possível afirmar que existe um grande aumento na capacidade de interpretação das informações, e um aumento do pensamento crítico, tornando o profissional mais capacitado para tomar a melhor decisão, levando em consideração as informações trazidas pela análise e também levando em consideração a estratégia definida pela organização.

O presente trabalho traz indicadores e análises capazes de estabelecer indícios

de se a Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICCOOB MAXICRÉDITO está suprindo sua estratégia de crescimento ao realizar a incorporação.

### 1.3. ESTRUTURA DO TRABALHO

O referencial teórico do presente estudo é dividido em três principais tópicos. Cooperativismo, Incorporações e Análise de Demonstrações Contábeis. O primeiro tópico possui a subdivisão de Cooperativas de Crédito. O segundo não apresenta subdivisões. Já o terceiro se subdivide entre Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Análise Vertical e Horizontal, Análise de Liquidez, Endividamento, Lucratividade, Rentabilidade, Alavancagem, Imobilização e Índice de Basiléia.

## 2. CONCEITOS TEÓRICOS

Os fundamentos teóricos trazidos para o entendimento dos resultados da pesquisa são apresentados a seguir e se dividem em quatro partes: Cooperativismo, Cooperativismo de Crédito, Incorporação e Análise das Demonstrações Financeira.

### 2.1. COOPERATIVISMO

O surgimento do cooperativismo talvez tenha sido um dos maiores avanços da humanidade para libertar o homem da economia clássica fundamentada na captação de lucros e no individualismo. Compreender e praticar o verdadeiro sentido de cooperar foi o desafio das pessoas desde o surgimento do cooperativismo em 1844.

Cooperativismo é o movimento que nasce da união das pessoas que querem somar, fazer e crescer juntos, é o pensar e o agir de forma coletiva gerando trabalho e renda. As cooperativas acreditam em princípios universais e aplicam o ideal da cooperação em contextos locais, são organizações em que as pessoas são mais importantes que os resultados obtidos.

O cooperativismo regulamentado começou, de acordo com Oliveira (1979), em novembro de 1843, em Rochdale, na Inglaterra, quando 28 tecelões debateram sobre as dificuldades que estavam enfrentando quanto aos seus salários frente ao excesso de mão de obra existente, que resultava em desemprego. Inspirados pela necessidade de mudança organizaram um novo sistema de vida que se baseava na associação ou no cooperativismo puro, no qual todos economizaram parte de seus salários, submetendo-se a várias privações, em prol de um objetivo coletivo.

Cooperativismo é uma doutrina que considera as cooperativas como forma ideal de organização da humanidade, baseado na democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios.

Para Schmidt e Perius (2003, p. 63) “o cooperativismo orienta-se nas atividades, de caráter social e econômico, em um conjunto de valores, de princípios e normas, que devem balizar a sua atuação na economia e na sociedade”. Os valores cooperativistas estão baseados nos valores da igualdade, da democracia, da autoajuda, da

responsabilidade própria, da equidade e da solidariedade.

Os seis princípios do cooperativismo constituem a linha que rege as cooperativas, é por meio destes princípios que os cooperados levam seus valores a prática. Estes princípios foram criados ainda no surgimento da primeira cooperativa em Rochdale e são mantidos atualmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), são os princípios das cooperativas, exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Princípios do Cooperativismo.

1º Adesão voluntária e livre:	São organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, social, racial, política e religiosa.
2º Gestão democrática:	São organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto).
3º Participação econômica dos membros:	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.
4º Autonomia e independência:	São organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
5º Educação, formação e informação:	Promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação
6º Intercooperação:	Servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Fonte: [www.fgcoop.coop.br/os-principios-cooperativistas](http://www.fgcoop.coop.br/os-principios-cooperativistas). Acesso em: Mar./2019

As sociedades cooperativistas possuem como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida de seus cooperados. O trabalho em conjunto faz com que os objetivos almejados pelos cooperados (associados) sejam alcançados de forma ágil. É em uma sociedade cooperativista que o espírito coletivo está mais presente.

Na concepção de Cenzi (2012), o mesmo coloca que a “cooperação” origina-se do verbo latino *cooperari*, uma junção de *cum* e *operari*, resultando em prestação de serviço, cooperar com alguém. Partindo desse conceito, Pinho (2004) coloca seu ponto de vista, a cooperação que é um termo que direciona para o cooperativismo é uma forma de integração social e pode ser entendida como uma forma de união entre as pessoas com o objetivo de alcançar alguma coisa de modo formal ou informal.

Silva (1961) argumenta que o cooperativismo assinala o sistema econômico fundado na cooperação e em cooperar, significa e demonstra a forma que as pessoas se estabelecem na sociedade e defendem seus interesses econômicos, seja na forma de trabalho, comércio, ou de indústria.

Ainda Cenzi (2012), argumenta que o cooperativismo tem a ver com a solidariedade, assim a organização, a associação e a reunião de interesses entram em consonância com o termo.

A palavra cooperativismo pode ser tomada em duas acepções. Por outro lado, designa o sistema de organização econômica que visa a eliminar os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista; por outro, significa a doutrina corporificada no conjunto de princípios que devem reger o comportamento do homem integrado naquele sistema.

A partir desta base Cenzi (2012) acrescenta que a cooperativa, enquanto sociedade de pessoas e não de capital, não está voltada ao lucro. Como associação de pessoas, estas assumem papel de sócios, usuários e clientes ao mesmo tempo, resultando no afastamento do intermediário que Franke coloca sobre o objetivo do lucro.

Conforme Lei 5.764/71, Art. 47.

A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

Desta forma sua gestão se diferencia de empresas tradicionais por ser feita exclusivamente pelos seus associados, escolhidos em Assembléia Geral.

## 2.2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro em cooperativismo de crédito no Brasil, por meio da iniciativa do Padre Jesuíta Theodor Amstadt. A primeira Cooperativa de Crédito foi fundada na cidade de Nova Petrópolis, no ano de 1902, sob o nome de Caixa de Economia e Empréstimo Amstadt a mesma atuava junto às comunidades rurais e/ou pequenas vilas e era fundamentada na honestidade de seus cooperados, não dando importância alguma ao capital de seus cooperados.

A partir desse momento começou a se normatizar e regulamentar esta atividade. Em 6 de janeiro de 1903, o Decreto do Poder Legislativo nº 979, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 6.532, de 20 de junho de 1907, permitia que sindicatos agrícolas pudessem fundar uniões de sindicatos ou sindicatos centrais, podendo admitir como sócios outros sindicatos. Posteriormente veio o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, dispendo sobre a organização das Cooperativas.

No mês de setembro de 1912, foi fundada em Porto Alegre uma cooperativa central mista com seção de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda., tendo cooperativas agrícolas como suas filiadas.

Na década de 1920 foi constituída a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, primeira federação de cooperativas de crédito do Brasil. Nessa época as Cooperativas de Crédito eram fiscalizadas pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Segundo Pinheiro (2008) no fim de 1961, existiam no Brasil 511 cooperativas de crédito, com 547.854 associados. O Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, cessou as autorizações e os registros de novas cooperativas de crédito ou com seções de crédito. Após essa data, verificou-se um declínio no número de instituições, que somente seria revertido cerca de vinte anos depois.

No ano de 1964, foi criada a LEI nº 4.595, onde as cooperativas de crédito agrícolas equipararam-se às demais instituições financeiras e transferiu ao Banco Central as atribuições do Ministério da Agricultura no que se refere à autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo, bem como da seção de crédito das cooperativas que a tenham.

A Política Nacional de Cooperativismo, segundo o Banco Central (2018), é



definida pela Lei nº 5.764/71, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, suas características, definiu os princípios do cooperativismo e os seguintes tipos de cooperativas:

1. Singulares: são as constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos.
2. Centrais ou federações de cooperativas: são as constituídas de, no mínimo, três singulares filiadas.
3. Confederações de cooperativas centrais: são as constituídas por pelo menos três cooperativas centrais ou federações de cooperativas, da mesma ou de diferentes modalidades.

Em 1995 a Resolução nº 2.193, permitiu a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, os chamados bancos cooperativos. Posteriormente, a Resolução nº 2.788, de 30 de novembro de 2000, permitiria a constituição de bancos múltiplos cooperativos, marcando uma mudança de paradigmas, permitindo que o banco comercial ou múltiplo fosse controlado pelo sistema cooperativo de crédito. Conforme o Banco Central, os bancos cooperativos atuam com o objetivo de possibilitar o acesso aos produtos e serviços bancários não disponíveis às cooperativas de crédito, tais como acesso à câmara de compensação de cheques, aos créditos oficiais, à reserva bancária e ao mercado interfinanceiro. Os bancos cooperativos subordinam-se à legislação e à regulamentação aplicáveis aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos em geral.

Ainda segundo o Banco Central (2018) a Lei Complementar nº 130/2009 definiu os objetivos principais das Sociedades Cooperativas de Crédito. Segundo essa Lei, as cooperativas de crédito podem conceder crédito e captar depósitos à vista e a prazo dos respectivos associados, realizar recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, realizar operações com outras instituições financeiras e obter recursos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentas de remuneração, além de outras operações.

As cooperativas centrais de crédito, segundo Banco Central (2018), são

constituídas para organizar, em comum acordo e em maior escala, os serviços financeiros e assistenciais das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. São também responsáveis pela supervisão auxiliar das singulares.

Desta forma, Banco Central (2018), informa que as federações de cooperativas de crédito, diferentemente das cooperativas centrais de crédito, não podem realizar operações restritas às instituições financeiras, como a captação de recursos e a concessão de empréstimos. As confederações constituídas de cooperativas centrais de crédito têm por objetivo orientar, coordenar e executar atividades destas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos e a natureza das atividades transcenderem o âmbito de capacidade ou a conveniência de atuação das associadas.

Mais recentemente, entrou em vigor a Lei Complementar n. 161/2018, que autoriza as cooperativas de crédito a captarem recursos de municípios, onde as cooperativas de crédito podem captar recursos de municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas. A intenção é suprir a falta de agências bancárias em muitos municípios pequenos, o que tem provocado dificuldades de administração dos recursos municipais com deslocamentos para cidades vizinhas. Mostrando mais uma vez a singular importância do Cooperativismo de Crédito.

Porém a nova lei estabelece que, se os recursos movimentados pelos municípios forem maiores que o limite do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Créditos (FGCoop), de R\$ 250 mil, a cooperativa deverá obedecer aos requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e caso a cooperativa não obedeça a esses requisitos prudenciais, ela estará sujeita a sanções da lei sobre crimes contra o sistema financeiro (Lei 7.492/86).

Seguindo para os termos conceituais, Etgeto *et al* (2005, p. 15) descreve a cooperativa de crédito como uma “sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”, sendo que o objetivo da cooperativa é voltado aos cooperados e não a sociedade.

Pinheiro (2008, p.7) define cooperativas de crédito como sendo

instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimento e pagamentos por conta de terceiro sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente do País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Uma cooperativa de crédito tem como objetivo de criar programas de assistência financeira e também de prestações de serviços aos seus cooperados, tendo como finalidade ofertar apropriado atendimento de crédito conforme as necessidades de todos os cooperados, tornando-os independentes de outras instituições financeiras (ETGETO *et al.*, 2005).

Existe significativa diferença entre bancos tradicionais e as empresas cooperativas de crédito. O Quadro 2 apresenta algumas das características que distinguem os bancos tradicionais das cooperativas de crédito.

Para Borges, Corrêa e Silva (2009, p.161), as principais vantagens de ser um associado de uma cooperativa de crédito podem ser:

a) acesso ao crédito a juros mais baixos; b) acesso aos serviços financeiros com taxas menores; c) melhores condições de retorno de investimentos e aplicações; d) orientação financeira; e) responsabilidade limitada à cota de capital integralizada; f) dupla personalidade em ser dono e usuário do empreendimento; g) participação nos resultados, proporcional às operações na cooperativa.

Essas vantagens citadas não são encontradas, de maneira geral, em instituições de crédito tradicionais.

A importância crescente dada ao segmento das cooperativas de crédito vem chamando atenção, desde 2003, quando houve uma abertura oficial ao crédito cooperativo concretizado com duas Resoluções do Banco Central do Brasil: a de n. 3.106 (25/06), dirigida à inclusão social de pequenos empresários, microempresários e micro empreendedor, via cooperativas de crédito; e a Resolução 3.140 (27/11), que estendeu a médios e grandes empresários, idêntica oportunidade para a constituição de cooperativas de crédito (PINHO; PALAHRES, 2004).

Quadro 2 - Comparativo entre Bancos e Cooperativas de Crédito.

<b>Bancos</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
1. São sociedades de capital.	1. São sociedades de pessoas.
2. O poder é exercido na proporção do número de ações.	2. O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto).
3. As deliberações são concentradas.	3. As decisões são compartilhadas entre os associados.
4. O administrador é um terceiro (profissional de mercado).	4. O administrador é do meio (associado).
5. O usuário das operações é mero cliente.	5. O usuário é o próprio dono (associado).
6. O usuário não exerce qualquer influência na definição do preço dos produtos.	6. Toda política operacional é decidida pelos usuários/donos (associado).
7. Podem tratar distintamente cada usuário.	7. Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos.
8. Priorizam os grandes centros.	8. Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas.
9. Têm propósitos mercantilistas.	9. A mercancia não é cogitada.
10. A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite.	10. O preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração).
11. Atendem em massa, priorizando o auto-serviço.	11. O relacionamento é personalizado ou individual, com o apoio da informática.
12. Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo.	12. Estão comprometidas com a comunidade e os usuários.
13. Avançam pela competição.	13. Desenvolvem-se pela cooperação.
14. Visam ao lucro por excelência.	14. O lucro está fora do seu objeto.
15. O resultado é de poucos donos / acionistas (nada é dividido com os clientes)	15. O excedente (sobras) é distribuído entre os usuários na proporção das operações de cada um.
16. No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas.	16. São reguladas pela Lei Cooperativista.

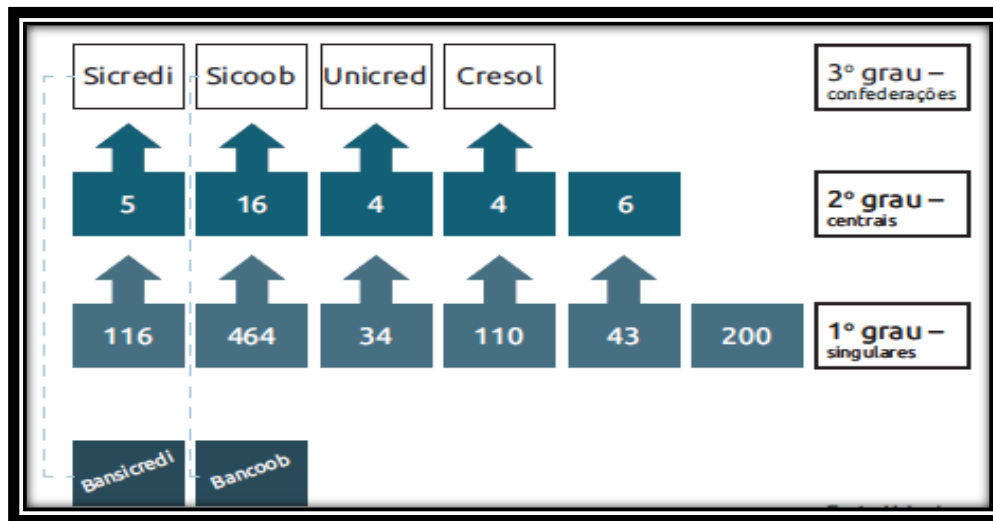
Fonte: Leite e Senra (2005, p. 174).

Em relação aos números do Cooperativismo de Crédito no Brasil, o Banco Central (BCB) apresentou em 2018 um relatório do panorama do Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC) com data base de 31/12/2017.

O SNCC está estruturado em sistemas compostos por cooperativas singulares, cooperativas centrais, confederações de cooperativas e bancos cooperativos. Em dezembro de 2017, existiam quatro sistemas de três níveis formados por confederação e/ou banco cooperativo, centrais e singulares filiadas: Cresol e Unicred, cujas confederações são autorizadas pelo BCB como instituições financeiras; e Sicoob e Sicredi, cujas confederações não prestam serviços financeiros, que são fornecidos pelos respectivos bancos cooperativos. Além dos sistemas de três níveis, havia seis sistemas de dois níveis formados por centrais e filiadas; e duzentas singulares

independentes, não vinculadas a nenhum tipo de sistema. A Figura 1 demonstra o organograma do SNCC em 2018.

Figura 1 - Distribuições de Cooperativas em níveis. Dez/2017

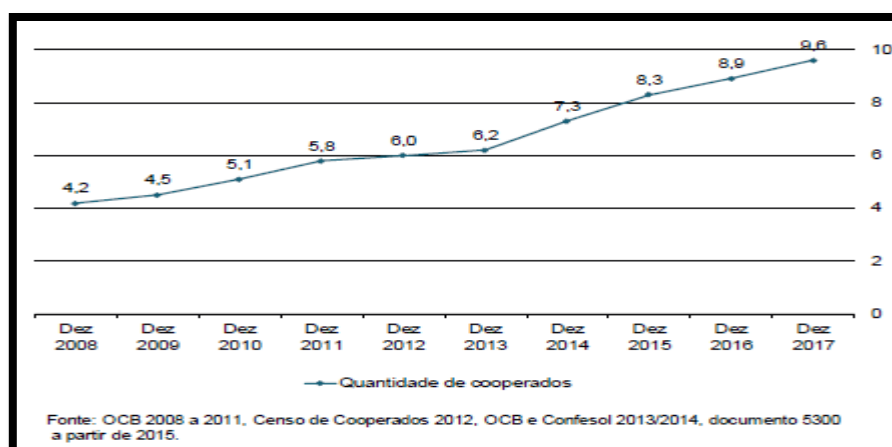


Fonte: Banco Central do Brasil. (2018)

O número de cooperados, como nos anos anteriores, continuou em crescimento em 2017, embora em ritmo inferior à média dos anos anteriores. O crescimento anual foi de 8%, com média aproximada de 60 mil novos cooperados por mês, o que possibilitou ao segmento alcançar a marca de 9,6 milhões em dezembro de 2017. (BCB, 2018). A Figura 2 apresenta a evolução do número de cooperados.

Com relação à quantidade de singulares, o sistema Cresol apresentou o maior número de incorporações, como se pode visualizar na Figura 3. Foram 27 de um total de 47. Outra mudança de destaque ocorreu no quarto trimestre de 2017, quando seis cooperativas de produtores rurais ligadas à Cresol Central SC/RS transformaram-se em livre admissão de associados, sendo as primeiras singulares desse tipo no sistema (BCB, 2018).

Figura 2 - Evolução da quantidade de Cooperados - Em milhões



Fonte: Banco Central do Brasil. (2018)

No sistema Sicoob, segundo Banco Central (2018), foi observada significativa diminuição no número de singulares. Dezesseis deixaram de estar em atividade no sistema, sendo quatorze por incorporação. Além disso, sete tornaram-se independentes. Por outro lado, duas singulares entraram em atividade, sendo uma de livre admissão e outra de crédito mútuo, no Maranhão e no Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Na Figura 3 é possível visualizar a quantidade de cooperativas singulares que deixaram de estar em atividade e os respectivos motivos.

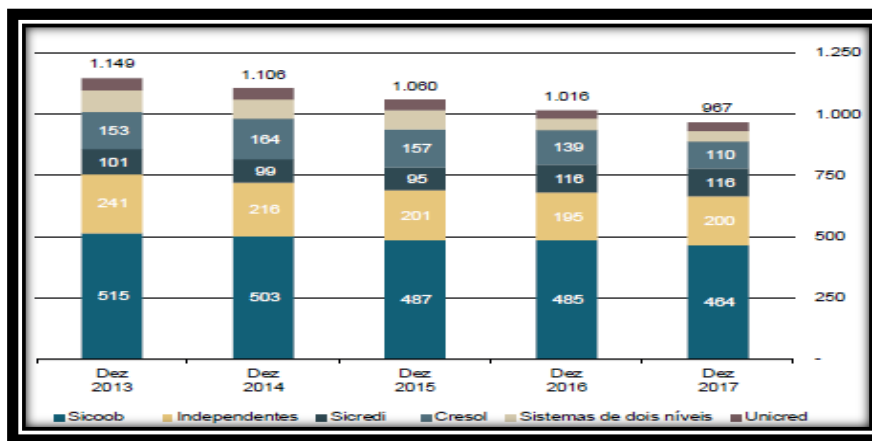
Figura 3 - Evolução da quantidade de singulares que deixaram de estar em atividades por motivo.

Motivo	2012	2013	2014	2015	2016
Incorporação	30	42	35	40	40
Liquidação ordinária	17	15	8	9	4
Iniciativa do BC	11	7	3	2	2
Outros	3	2	1	1	-
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>66</b>	<b>47</b>	<b>52</b>	<b>46</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (2018)

O grupamento das singulares independentes foi o único que registrou aumento, com a entrada de dez cooperativas, sendo nove provenientes dos sistemas de dois e três níveis e uma nova singular de crédito mútuo que entrou em operação em Minas Gerais. Por outro lado, cinco deixaram de estar em atividade. Nesta tendência de incorporações, o número de singulares fechou o ano de 2017 abaixo de mil, como se pode ver na Figura 4.

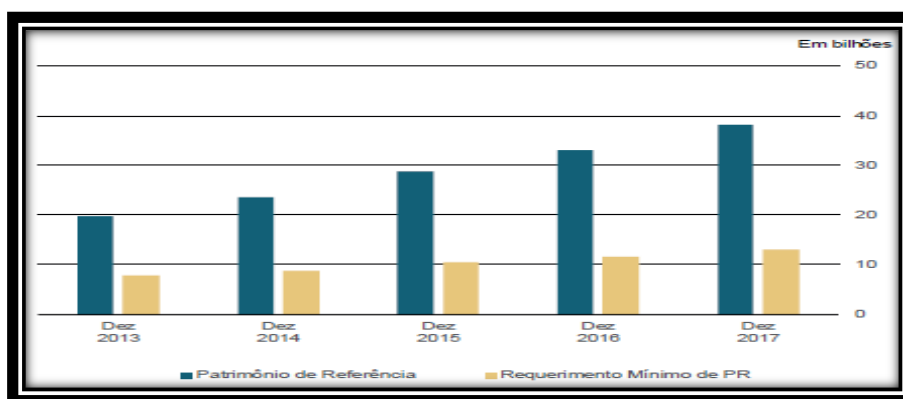
Figura 4 - Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema



Fonte: Banco Central do Brasil. (2018)

O Relatório do Panorama do SNCC 2017, emitido pelo Banco Central do Brasil, informa vários outros números, entre eles, são considerados relevantes para o presente estudo, os números de Capital onde engloba o Patrimônio de Referência e Índice de Basiléia.

Figura 5 - Evolução do Patrimônio de Referência (PR) e do requerimento mínimo de PR das cooperativas singulares



Fonte: Banco Central do Brasil (2018)

Em relação ao Patrimônio de Referência, segundo o Banco Central (2018), as cooperativas singulares, de modo geral, possuem capital suficiente para cumprir com folga as exigências mínimas estabelecidas pelas normas em vigor. A tendência ao longo dos últimos cinco anos foi de ampliação dessa folga, demonstrando maior solidez do segmento, conforme pode ser visualizado na Figura 5.

Enquanto que o Índice de Basileia do segmento cooperativo de crédito manteve-se em torno de 30%, índice maior que o do SFN como um todo, de 18% (BCB, 2018).

### 2.3. INCORPORAÇÕES

A incorporação é a operação societária por meio do qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, art. 227 da Lei 6.404/1976. Para tal finalidade, todas as sociedades envolvidas deverão aprovar a medida no seu âmbito interno nos termos exigidos pelo regulamento de cada tipo societário envolvido no processo, nos termos do art. 1.116 do Código Civil e também do art. 227 da Lei das Sociedades Anônimas (BRASIL, 1976). A incorporação pode ser operada entre sociedades personificadas de tipos jurídicos iguais ou entre tipos jurídicos diferentes. A causa da incorporação é a intenção válida e eficaz dos sócios das sociedades envolvidas de realocar seus recursos patrimoniais e empresariais por meio desse negócio, que afeta a personalidade jurídica de uma delas,



extinguindo a incorporada.

As bases econômicas da incorporação deverão ser objeto da elaboração de um protocolo que a justifique, no qual deverá conter: os fins e os motivos do ato, o interesse de cada companhia em sua realização, as quotas ou ações a serem recebidas pelos sócios ou acionistas com a incorporação, a forma de composição final do capital da sociedade incorporadora e o valor do reembolso ao qual terão direito os sócios ou acionistas dissidentes que desejarem não mais fazerem parte da sociedade. Juntamente deverá ser apresentado um projeto para a reforma do contrato ou estatuto social da sociedade incorporadora (BRASIL, 1976, Art. 225).

Durante a deliberação favorável à incorporação, é necessário nomear peritos para a avaliação do patrimônio líquido das sociedades incorporadas, atendendo ao princípio da veracidade do capital social da sociedade incorporadora. Serão feitos um laudo para cada sociedade envolvida, obedecendo sempre os mesmos critérios para todas elas, a fim de que a comparação seja homogênea. Os critérios podem ser os mais diversos, tais como: o valor de mercado da sociedade, os valores contábeis, o valor em função da rentabilidade esperada, valor como expressão da cotação das ações em Bolsas (para as sociedades anônimas apenas) ou ainda o valor segundo o fluxo de caixa descontado. Esses laudos de avaliação patrimonial têm a função de inibir a subscrição pela incorporada por valor superior àquele aprovado (BACHUR, 2013).

Se aprovada a incorporação, os administradores deverão praticar todos os atos necessários para se concluir a operação, podendo inclusive, fazerem a subscrição em bens pelo valor menor que se verifica entre o ativo e o passivo (BRASIL, 2002, art. 1.117). Após aprovados os atos da incorporação, a incorporadora declarará extintas todas as sociedades que forem incorporadas e promoverá averbação no registro que lhe é próprio, conforme preve o art. 1.118 do Código Civil. O ato declaratório de absorção importa na criação de novos vínculos societários entre os sócios da incorporadora e os antigos sócios da incorporada, agregando-se estes ao quadro social daquela. A subscrição do capital da incorporadora com os bens e direitos líquidos da incorporada consuma entre as partes envolvidas a incorporação de sociedade. Em relação a terceiros, a operação terá validade e eficácia após a publicação oficial desses

atos (BACHUR, 2013).

Um dos efeitos da incorporação é o aumento do capital da incorporadora, pelo valor do patrimônio líquido da incorporada, conforme as avaliações feitas pelos peritos. Bachur (2013), cita também como efeito da incorporação a concentração de empresas para aumentar a eficácia da atuação da sociedade no mercado, para a redução dos custos e o aumento dos lucros. Nesse diapasão, é que os custos relacionados com o processo de incorporação devem ser muito bem analisados pelos sócios na decisão de incorporação, principalmente ao que diz respeito ao direito de recesso dos sócios dissidentes.

A existência de patrimônio líquido positivo significa que o valor dos bens excede o valor as obrigações, é por isso que a Lei das Sociedades Anônimas (LSA), em seu art. 226, impede a incorporação de sociedade com patrimônio líquido negativo, pois isto implicaria na redução do capital da sociedade incorporadora, e conseqüentemente, aumenta o risco para os seus credores. Outro caso especial de incorporação regulado pela mesma lei supracitada é a incorporação da subsidiária integral da incorporadora, ou seja, a primeira é a única acionista da segunda. Estas operações possuem certas restrições, previstas na legislação citada e ainda em outros dispositivos complementares.

A incorporação é operação societária por meio do qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações. Para tal finalidade, todas as sociedades envolvidas deverão aprovar a medida no seu âmbito interno nos termos exigidos pelo regramento de cada tipo societário envolvido no processo, nos termos do art. 1.116 do Código Civil (CC) e também do art. 227 da Lei das Sociedades Anônimas.

A incorporação pode ser operada entre sociedades personificadas de tipos jurídicos iguais ou entre tipos jurídicos diferentes. A causa da incorporação é a intenção válida e eficaz dos sócios das sociedades envolvidas de realocar seus recursos patrimoniais e empresariais por meio desse negócio, que afeta a personalidade jurídica de uma delas, extinguindo a incorporada.

Ainda Bachur (2013), as bases econômicas da incorporação deverão ser objeto da elaboração de um protocolo que a justifique, no qual deverá conter: os fins e os

motivos do ato, o interesse de cada companhia em sua realização, as quotas ou ações a serem recebidas pelos sócios ou acionistas com a incorporação, a forma de composição final do capital da sociedade incorporadora e o valor do reembolso ao qual terão direito os sócios ou acionistas dissidentes que desejarem não mais fazerem parte da sociedade. Juntamente deverá ser apresentado um projeto para a reforma do contrato ou estatuto social da sociedade incorporadora (BRASIL, 1976).

Bachur (2013) relata que um dos efeitos da incorporação é o aumento do capital da incorporadora, pelo valor do patrimônio líquido da incorporada, conforme as avaliações feitas pelos peritos. Pode-se citar também como efeito da incorporação a concentração de empresas para aumentar a eficácia da atuação da sociedade no mercado, para a redução dos custos e o aumento dos lucros. Nesse diapasão, é que os custos relacionados com o processo de incorporação devem ser muito bem analisados pelos sócios na decisão de incorporação, principalmente ao que diz respeito ao direito de recesso dos sócios dissidentes.

#### 2.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A essência da contabilidade está presente desde o início da civilização, o homem apresenta uma tendência em avaliar, mensurar e quantificar. É essa ambição intrínseca que move a evolução da prática contábil até os dias atuais (GARCIA, 2009). Com o passar dos anos a contabilidade tornou-se uma das principais ferramentas de gestão e foi normatizada, sua aplicabilidade foi disseminada em diversas áreas do conhecimento.

Para Matarazzo (2010), a Análise de Balanços objetiva extrair informações das demonstrações Financeiras para a tomada de decisões e começa onde termina a contabilidade. Ainda Matarazzo (2010), os contadores preocupam-se em registrar as operações, enquanto que o analista ou administrador preocupa-se em transformar os dados em informações que permitem concluir se a empresa vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se é ou não eficiente, se está evoluindo ou regredindo e se irá falir ou continuar.

Matarazzo (2010) também sustenta que o produto da Análise de Balanços devem ser relatórios escritos em linguagem corrente, como se fosse dirigida para

leigos, e deve ser inteligível por qualquer mediano dirigente da empresa, gerente de banco ou gerente de crédito, assumindo o papel de tradução dos termos técnicos contidos nas demonstrações financeiras.

Para a realização das análises, são utilizadas algumas técnicas como, análise vertical e horizontal, de liquidez, de solvência, de rentabilidade e de alavancagem financeira.

#### **2.4.1. Balanço Patrimonial**

Gitman (2010, p. 43) define o Balanço Patrimonial (BP), como sendo “uma descrição resumida da posição financeira da empresa em certa data. Essa demonstração equilibra os ativos da empresa (aquilo que ela possui) contra seu financiamento”.

Da mesma forma Matarazzo (2010), trás que o Balanço Patrimonial apresenta todos os bens e direitos da empresa, considerado Ativo, e todas as suas obrigações, considerado Passivo, em data determinada, a diferença entre o Ativo e Passivo é chamado de Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos acionistas da empresa.

Para Savytzky (2011), o balanço é dividido em duas colunas, Ativo e Passivo, onde no ativo estão relacionados os bens e direitos e no passivo se relaciona as obrigações, ainda no passivo consta o capital próprio denominado de Patrimônio Líquido. Ainda Savytzky (2011), um modo fácil de entender o Balanço é saber que o Passivo representa a origem dos recursos e o Ativo demonstra a aplicação destes recursos.

Diante disso, Matarazzo (2010) expõe que, a definição das fontes de investimentos e aplicações, põe em evidência os termos fontes de investimentos de recursos, e que é desejável considerar para análise de balanços, visto que analisar os balanços é avaliar a adequação entre as diversas fontes e os investimentos efetuados.

Lemes, Rigo e Cherobim (2010, p.47), citam que a legislação estabelece:

que o Balanço Patrimonial deve ter suas contas agrupadas da seguinte forma: Ativo, subdividido em Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente, sendo este aberto em Investimentos, Imobilizado e Diferido. Por sua vez, o Passivo deve ser subdividido em Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido, este detalhando Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

#### **2.4.2. Demonstração de Sobras ou Perdas**

A demonstração de resultado, segundo Gitman (2010), apresenta um resumo financeiro dos resultados operacionais da empresa durante um determinado período, mais comumente em uma data determinada e no período doze meses, geralmente em 31/12. Lemes, Rigo e Cherobim (2010), explicam que as demonstrações de resultados expressam os resultados econômicos de um período específico, normalmente um ano e mostra como surge o lucro ou prejuízo final da empresa, onde a partir das receitas brutas, vão se subtraindo as deduções e impostos resultando na Receita Líquida, depois são deduzidos os custos das atividades obtendo o Resultado Bruto, em seguida se subtrai as despesas operacionais, demonstrando o Resultado Operacional, seguindo, subtraem-se as despesas financeiras líquidas e demonstra-se o Resultado Antes do Imposto de Renda, então se calcula a provisão para Imposto de Renda chegando ao Resultado do Exercício.

Com a Resolução CFC nº 920/2001, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), foi adaptada para demonstrar os resultados das sociedades cooperativas, com o nome de Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), desde 2001, com o objetivo de evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela entidade cooperativa.

Desta forma a nomenclatura utilizada para esta demonstração no ambiente cooperativista é Demonstração de Sobras ou Perdas, por ser uma instituição que não tem como finalidade o lucro.

As sociedades cooperativas devem contabilizar em separado os resultados das operações com não associados, de forma a permitir o cálculo de tributos. As cooperativas pagarão o imposto de renda sobre o resultado positivo das operações e das atividades estranhas a sua finalidade (ato não cooperativo), isto é, serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os art. 85, 86 e 88 da Lei nº 5.761, de 1971.

### **2.4.3. Análise vertical e horizontal**

A análise da estrutura de capitais é composta pela análise vertical e horizontal, na qual a vertical comporta a participação dos grupos de contas em função do total do patrimônio, sendo muito utilizada para acompanhar a evolução do giro, além da análise horizontal que analisa a movimentação dos valores em função do tempo e auxilia na identificação de quanto e em qual percentual as contas variam.

Para Matarazzo (2010), a Análise Vertical baseia-se em valores percentuais das financeiras, para isso se calcula o percentual de cada conta em relação a um valor-base. Matarazzo (2010) exemplifica que a Análise Vertical do Balanço calcula-se o percentual de cada conta em relação ao total do Ativo.

Segundo Braga (2011), a análise horizontal é feita por meio de um conjunto de balanços e demonstrações de resultados consecutivos, que posteriormente permite concluir sobre as oscilações ocorridas no tempo para a tomada de decisão, além disso, a análise vertical facilita a avaliação da estrutura do ativo e passivo e de outras contas.

Sobre Análise Horizontal, Matarazzo (2010) comenta que se baseia na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.

Quadro 3 - Objetivos da Análise Vertical e Horizontal

<b>Análise Vertical</b>	<b>Análise Horizontal</b>
Mostra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.	Mostra a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em Matarazzo (2010).

Ainda Matarazzo (2010) recomenda que os dois tipos de análise sejam usadas em conjunto, e que as conclusões baseadas na Análise Vertical sejam complementadas pela Análise Horizontal.

#### **2.4.4. Índice de Liquidez**

Para Gitman (2010) “a liquidez de uma empresa é medida em termos de sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo à medida que se tornam devidas”. Desta forma, a análise de liquidez serve para verificar a disponibilidade de recursos da empresa para o pagamento de suas dívidas, e é composta pela Liquidez Corrente (LC), Liquidez Seca (LS), Liquidez Imediata (LI) e Liquidez Geral (LG), cada qual com sua finalidade.

O cálculo da Liquidez Corrente mensura a capacidade da instituição em cumprir as obrigações no curto prazo, ou em um ano, é calculado dividindo o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante. (GITMAN, 2010). Para Savitzky (2011), a Liquidez Corrente também é denominada como “comum”, e refere-se à liquidez de curto prazo e determina-se pela comparação entre o Ativo Circulante a Curto Prazo e o Passivo Circulante a Curto Prazo.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Matarazzo (2010) faz a analogia com um sistema de reservatórios, onde a Liquidez Corrente reflete o que vai entrar comparado ao que vai sair do caixa e desta

forma um índice de liquidez inferior a 1,00 significa uma situação de incapacidade de pagamento de dívidas, por isso a empresa deve buscar o equilíbrio entre entradas e saídas de caixa.

Ainda sobre o índice de Liquidez Corrente, Marion (2017) lembra que “isoladamente, os índices de LC superiores a 1,0 de maneira geral, são positivos. Conceituar o índice, todavia, sem outros parâmetros, é uma atitude bastante arriscada, por isso desaconselhável.”

Quanto maior for o índice de liquidez corrente, a empresa se torna mais líquida, significando que para cada unidade monetária de obrigações, existe mais de uma unidade monetária de direitos.

O índice de Liquidez Seca, conforme Gitman (2010) assemelha-se ao de liquidez corrente, excluindo do cálculo o valor do estoque. Então a fórmula para o seu cálculo é o Ativo Circulante menos Estoque dividido pelo Passivo Circulante. Recomenda-se que a empresa tenha um índice acima de 1.

Para Savytzky (2011), o índice de Liquidez Seca é determinado pelo quociente da divisão do Ativo Circulante, menos o estoque, pelo Passivo Circulante, e mede a capacidade de pagamento a curto prazo sem contar com a venda do estoque.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Em relação à Liquidez Imediata, para Savytzky (2011) é a fórmula que compara as disponibilidades da empresa, dentre o dinheiro e depósitos bancários, com as exigibilidades a curto prazo, por meio do quociente resultante de divisão.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Especificamente em relação às instituições financeiras, Savytzky (2011), diz que é um índice sistêmico para aferir o chamado “encaixe”, que é a relação entre as disponibilidades e os depósitos à vista, por experiência, indica que os “Bancos” devem ter encaixe mínimo seguro de 10% e no máximo de 20%, pois acima disto estariam com



recursos disponíveis ociosos.

Para Marion (2017) o cálculo de Liquidez Geral mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que poderá converter em dinheiro com tudo o que já assumiu como dívida, ou seja, a soma do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo dividido pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Para Savytzky (2011) os baixos índices de Liquidez são considerados normais para instituições financeiras e não oferecem maior risco, desde que as aplicações tenham retorno assegurado.

#### **2.4.5. Índice de Endividamento**

Para Gitman (2010) “a situação de endividamento de uma empresa indica o volume de dinheiro de terceiros usado para gerar lucros”. Ainda para Gitman (2010), quanto maior o endividamento, maior o risco de que se veja impossibilidade de honrar esses pagamentos contratuais e como os direitos dos credores devem ser satisfeitos antes da distribuição dos lucros aos acionistas. Os acionistas existentes e em potencial dão muita atenção à capacidade da empresa de amortizar suas dívidas. De acordo com Marion (2017), os indicadores de endividamento nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários.

O Índice de Endividamento Geral para Gitman (2010), “mede a proporção do ativo total financiada pelos credores da empresa quanto mais elevado, maior o montante de capital de terceiros usado para gerar lucros”. O cálculo é feito dividindo o Passivo total pelo Ativo total. Para Matarazzo (2010), quanto menor o resultado dessa conta, melhor para a empresa. Enquanto que o Endividamento de Curto Prazo sobre o Total é calculado dividindo o Passivo Circulante pelo Passivo Total.

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$$

Matarazzo (2010) comenta que o Endividamento de Curto Prazo indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. A maneira de calcular é dividir o Ativo Circulante pelo Capital de Terceiros e multiplicar por 100, isso resultará no percentual.

$$\text{Endividamento de Curto Prazo} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} * 100$$

O Endividamento Geral sobre o Patrimônio Líquido para Marion (2017) se calcula dividindo o Passivo Total pelo Patrimônio Líquido e a Garantia do Capital Próprio é calculada dividindo o Patrimônio Líquido pelo Passivo Total.

$$\text{Endividamento Geral sobre o Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

$$\text{Garantia do Capital Próprio} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Total}}$$

Savytzky (2011) comenta que no Brasil, o grau de endividamento é muito elevado e com exagerados encargos financeiros, por isso é importante examinar a origem do endividamento. Especificamente para o setor financeiro, Savytsky (2011) lembra que, “os balanços dos Bancos são os que apresentam a maior incidência de capitais de terceiros. Isso, porém, é próprio do ramo bancário”. Sendo, desta forma normal Instituições Financeiras possuem índices de endividamentos altíssimos.

#### **2.4.6. Índice de lucratividade e rentabilidade**

O índice da rentabilidade está ligado ao investimento inicial, define qual será o retorno gerado para o negócio, além disso, a rentabilidade permite avaliar os lucros que a empresa poderá obter em relação ao nível de vendas ou nível de ativos (GITMAN,

2010). Se não houver lucros a empresa não atrai capital externo.

Para Gitman (2010), a margem de lucro bruto mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que permanece após a empresa deduzir o valor dos bens vendidos, e é calculada dividindo o Lucro Bruto pela Receita de Vendas.

$$\text{Margem de Lucro Bruto} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita de vendas}}$$

Ainda Gitman (2010), a margem de lucro operacional mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que permanece após a dedução de todos os custos e despesa, exceto juros, imposto de renda e dividendos. É calculada dividindo o Lucro Operacional pela receita de vendas.

$$\text{Margem de Lucro Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita de Vendas}}$$

Gitman também escreve que (2010), a margem de lucro líquido mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que permanece após a dedução de todos os custos e despesa, incluindo juros, imposto de renda e dividendos, e quando mais elevada for essa taxa, melhor é para a empresa. É calculada dividindo o Resultado Líquido pela Receita de Vendas.

$$\text{Margem de Lucro Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Vendas}}$$

O Retorno sobre o Ativo Total (ROA), ou Retorno sobre o Investimento (ROI), para Gitman (2010), “mede a eficácia geral da administração na geração de lucros a partir dos ativos disponíveis. Quanto mais elevado o retorno sobre o ativo total de uma empresa, melhor”. O ROA é calculado dividindo o resultado líquido pelo ativo total.

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo total}}$$

O Retorno sobre o Capital Próprio (ROE), para Gitman (2010), “mede o retorno obtido sobre o investimento dos acionistas ordinários na empresa, de modo geral, quanto mais alto esse retorno, melhor para os proprietários”. Se calcula dividindo o resultado líquido pelo patrimônio líquido.

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Diante do exposto é possível entender que um resultado do ROE maior que o ROA é mais interessante para o proprietário de ações, visto que está sendo mais bem remunerado perante o capital de terceiros.

#### **2.4.7. Índice de Alavancagem**

A alavancagem de uma empresa segundo Lemes, Rigo e Cherobim (2010), “é o uso de ativos operacionais e/ou de recursos financeiros, com custos e despesas fixas, visando aumentar o retorno dos acionistas”. Para (GITMAN, 2010):

A alavancagem resulta do uso de ativos ou fundos a custo fixo para multiplicar os retornos aos proprietários da empresa. O volume de alavancagem na estrutura de capital da empresa - o mix de dívida de longo prazo e capital próprio - pode afetar seu valor de maneira significativa ao afetar o retorno e o risco.

Ainda segundo Gitman (2010), existem três tipos básicos de alavancagem: Alavancagem Operacional (GAO), que diz respeito à relação entre a receita de vendas e o Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda (LAJIR), a Alavancagem Financeira (GAF) diz respeito à relação entre o LAJIR e o Lucro Líquido por Ação (LPA) e a Alavancagem Total (GAT) que diz respeito à relação entre a receita de vendas e o seu LPA.

Gitman (2010) continua conceituando o GAO como “o valor numérico da alavancagem operacional da empresa”, e é derivado da divisão da variação percentual do LAJIR pela variação percentual de vendas. Gitman (2010), explica que quando o resultado for maior que 1, haverá a alavancagem operacional, e significa que o

percentual do LAJIR que teve variação foi maior que o percentual de variação das vendas. Júnior, Rigo e Cherobim (2010), lembram que na alavancagem operacional, não se inclui os custos e as despesas financeiras, frutos de sua estrutura de capitais.

$$GAO = \frac{\textit{Variação do Percentual do LAJIR}}{\textit{Variação Percentual das Vendas}}$$

Para Matarazzo (2010) “o retorno do capital próprio de uma empresa depende tanto da rentabilidade do negócio quanto da boa administração financeira”. O mesmo continua seu raciocínio dizendo que o que interessa para a empresa é o retorno sobre o PL. Júnior, Rigo e Cherobim (2010), comentam que a Alavancagem Financeira é o resultado da existência de encargos financeiros fixos, para aumentar a variação do LAJIR sobre o LPA. Os mesmos exemplificam que a Alavancagem Financeira “ocorre quando a empresa utiliza em sua estrutura de capital fontes de financiamento como, por exemplo, debêntures, empréstimos do BNDES, adiantamento de contratos de câmbio”.

Para tanto, Gitman (2010), comenta que o GAF “é o valor numérico da alavancagem financeira da empresa”, e se dá pelo resultado da divisão da variação percentual LPA pela variação percentual no LAJIR.

$$GAF = \frac{\textit{Variação do Percentual do LPA}}{\textit{Variação Percentual do LAJIR}}$$

Júnior, Rigo e Cherobim (2010), afirmam que o GAT “determina o potencial de custos fixos, operacionais e financeiros, para aumentar o efeito das variações nas vendas sobre o lucro por ação”, e se dá pelo resultado da divisão da variação percentual no LPA pela variação percentual nas vendas.

$$GAT = \frac{\textit{Variação do Percentual do LPA}}{\textit{Variação Percentual das Vendas}}$$

#### 2.4.8. Imobilização do Patrimônio Líquido

Devido à importância do ativo imobilizado, faz-se necessária uma gestão competente dos investimentos nesses tipos de ativos. Nesse sentido, é comum a relação do ativo imobilizado com outros elementos patrimoniais, como o passivo ou o lucro, para o cálculo de índices que possibilitem avaliar o desempenho da empresa nesse aspecto. Um dos índices mais utilizados para essa finalidade é o grau de imobilização. Ludícibus (2007) afirma que “este quociente pretende retratar qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada em plantas e instalações, bem como outras imobilizações, ou que não está “em giro””.

$$\text{Imobilização do PL} = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

O grau de imobilização é normalmente calculado dividindo o Ativo Imobilizado pelo Patrimônio Líquido. Sobre a análise desse índice Ludícibus (2007) comenta que ele não deveria aproximar-se e, muito menos, superar a um. Porém é preciso ressaltar que tal índice pode variar de empresa para empresa, podendo ser alto em determinado setor e baixo em outro, sem significar que o resultado da empresa esteja sendo comprometido.

A Resolução Nº 2.283 do Banco Central do Brasil, de 05 de junho de 2006, artigo 3, traz o seguinte texto, referente à imobilização de instituições financeiras:

“O total dos recursos aplicados no Ativo Permanente não pode ultrapassar 80% (oitenta por cento) do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor (PLA) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

#### 2.4.9. Índice de Basileia

A globalização tem feito com que fluxos globais de capitais aumentassem consideravelmente, Ono (2002) argumenta que entre os anos 1980 e 1990 esse aumento se deu devido à progressiva liberação e inovação dos instrumentos financeiros, trazendo consequências turbulentas ao sistema financeiro mundial. Diante

disso, cresceu a necessidade de criação e introdução de um parâmetro regulatório para o sistema internacional.

No final de 1974, segundo o site do Banco do Brasil (BB) (2019), “os responsáveis pela supervisão bancária nos países do G-10 decidiram criar o Comitê de Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão”. A denominação Comitê de Basileia faz referência a sede do Banco de Compensações Internacionais - BIS, em Basileia, na Suíça. No comitê são discutidas questões que visam melhorar a supervisão e a segurança do sistema bancário internacional, também serve para induzir os comportamento dos países, apesar de não ter autoridade formal de supervisão.

Diante deste cenário, ainda conforme site do Banco do Brasil (2019), em julho de 1988, “foi celebrado o Acordo de Basileia, que definiu mecanismos para mensuração do risco de crédito e estabeleceu a exigência de capital mínimo para suportar riscos”. Conhecido como Basileia I. Este acordo, ainda conforme Banco do Brasil (2019) teve o objetivo de “reforçar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional e minimizar as desigualdades competitivas entre os bancos internacionalmente ativos”.

O acordo de Basileia I, informado pelo BB (2019), definiu conceitos sobre o Capital Regulatório, que trata do montante de capital próprio alocado para a cobertura de riscos, sobre os Fatores de Ponderação de Risco dos Ativos, que tratam da exposição do Risco de Crédito dos ativos (dentro e fora do balanço) é ponderada por diferentes pesos estabelecidos, principalmente pelo perfil do tomador e o Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito (Índice de Basileia ou Razão BIS), que é o quociente entre o capital regulatório e os ativos (dentro e fora do balanço) ponderados pelo risco.

A regulamentação bancária, depois da criação do Comitê de Basileia em 1974 veio apresentando bons avanços, sendo que em junho de 2004, foi criado novo acordo, conhecido como Basileia II, que o Banco do Brasil (2019), traz o seguintes objetivos: promover a estabilidade financeira, fortalecer a estrutura de capital das instituições, favorecer a adoção das melhores práticas de gestão de riscos e estimular maior transparência e disciplina de mercado.

O acordo de Basileia II propôs flexibilizar a exigência de capital e foi mais abrangente com relação ao fortalecimento da supervisão bancária e ao estímulo para

maior transparência na divulgação das informações ao mercado. Resumidamente o Banco do Brasil (2019), comenta que o Basileia II é baseado em 3 grandes premissas:

- Pilar I – fortalecimento da estrutura de capitais das instituições;
- Pilar II – estímulo à adoção das melhores práticas de gestão de riscos, e;
- Pilar III – redução da assimetria de informação e favorecimento da disciplina de mercado.

Figura 6 - Pilares do Acordo de Basileia II



Fonte: Banco do Brasil. Disponível em: <https://www.bb.com.br/portallbb/page51,136,3696,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=7724>

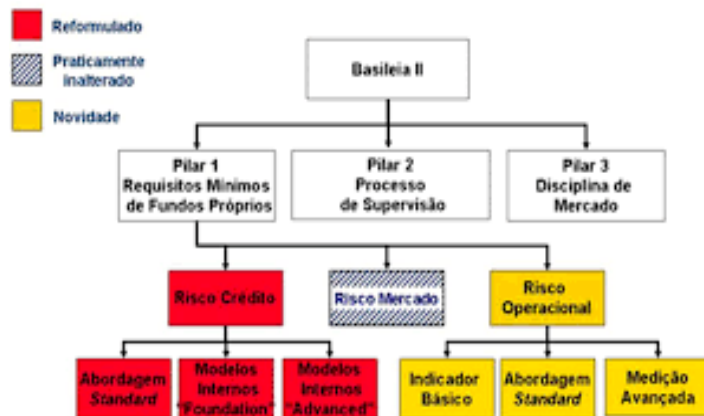
Como no sistema financeiro nada é estático, e devido à crise financeira de 2008, com o setor bancário demonstrando algumas vulnerabilidades como cadeias frágeis de originação de crédito, capitalização indevida dos bancos, falta de transparência de determinados segmentos, etc., o Comitê de Basileia realizou mudanças no Basileia II, criando em 2010, em Seul, o acordo de Basileia III, que de acordo com o BCB (2018) teve como objetivos: tornar o sistema financeiro mais resiliente, reduzir custos de crises bancárias e amparar o crescimento sustentável.

Conforme consta no site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (AMBINA) (2019), o acordo de Basileia III, mantém como base



os três pilares do acordo de Basileia II, porém foram introduzidas mudanças referentes à reformulação da estrutura de capital das instituições financeiras, dividida, por sua vez, entre o aprimoramento do cálculo do ativo ponderado pelo risco, à ampliação dos requerimentos de capital a redefinição do capital regulamentar e seus níveis. Também foram introduzidos os índices de liquidez e de alavancagem.

Figura 7 - Organograma do Acordo de Basileia III



Fonte: [www.iapmei.pt](http://www.iapmei.pt)

A mudança em relação à nova estrutura de capital, de acordo com AMBINA (2019) “visa à constituição de um colchão de capital de alta qualidade pelas instituições, que lhes permita absorver adequadamente eventuais choques”. Ainda AMBINA (2019), informa que o capital de alta qualidade é composto por ações e lucros acumulados. Desta forma o foco da regulação do Basileia III, não é mais o capital total, mas sim é utilizada como referência a parcela do capital que é determinante da capacidade de absorção de choques pelas instituições e que apresenta melhor qualidade. Ou seja, o capital principal passou a ser o foco dos novos requerimentos definidos em Basileia III.

AMBINA (2019), indica que o mínimo a ser considerado para fins do Basileia III deve flutuar entre 10,5% e 13%, e que no Brasil já é exigido 11% de capital mínimo.

Para o cálculo do Índice de Basileia, ainda segundo AMBINA (2019), é feito pela relação do Patrimônio de Referência (PR) com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). As instituições financeiras realizam este cálculo a fim de saber se estão dentro do indicador adequado proposto pelo Banco Central.

Quadro 4 - Evolução dos acordos de Basileia

Basileia I (1988)	Basileia II (2004)	Basileia III (2010)
Exigências de capital	<ul style="list-style-type: none"> <li>• requisitos de capital</li> <li>• supervisão e regulação</li> <li>• Disciplina de Mercado (três pilares)</li> </ul>	Maiores exigências e qualidade de capital
Igualar condições de competição	A instituição mensura o risco	Colchões de proteção de capital
No Brasil, Resolução 2.099/1994		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Índices de cobertura de liquidez</li> <li>• índice de alavancagem</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em Ambina (2019).

Sendo que no caso do mercado financeiro, ao se analisar as demonstrações contábeis, para Capelletto (2006), devem ser considerados seis blocos de análise, denominada CAMELS:

- *Capital adequacy* (adequação do capital) – o nível de capital mantido pela instituição deve ser coerente com a extensão dos riscos assumidos. Além de que, deve ter condições de medir, monitorar e controlar esses riscos.

- *Asset quality* (qualidade dos ativos) – os ativos devem ter capacidade de gerar receita suficiente para cobrir as despesas. Um item de destaque é a avaliação de parcelas de créditos de baixa qualidade, ou seja, aqueles cujo principal ou juros estão vencidos há 90 dias ou mais, ou os juros devidos de 90 dias são refinanciados.

- *Management* (capacidade gerencial) – está relacionada à competência dos administradores na gestão de riscos, eficiência operacional, entre outras práticas que assegurem a saúde financeira da instituição.

- *Earnings* (resultados) – essa análise não se restringe somente ao número do resultado, mas abrange também os fatores que influenciam a qualidade do resultado.

- *Liquidity* (liquidez) – a entidade deve ter habilidade de suprir a necessidade de caixa em situação de crise sem comprometer sua atividade operacional.

- *Sensitivity to market risk* (sensibilidade ao risco de mercado) – uma das técnicas mais utilizadas e recomendada pelo Comitê da Basileia para essa análise é o valor em risco.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresentará os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do estudo, divididos nos tópicos: Classificação da Pesquisa, Unidade de Análise, Plano de Coleta de Dados e Plano de Análise e Interpretação de Dados.

#### 3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O objetivo principal deste estudo é analisar o impacto causado com a incorporação da Cooperativa de Crédito Sicoob Blucedi Sul na estrutura, Balanço Patrimonial e DSP dos exercícios 2015, 2016 e 2017 da Cooperativa de Crédito Sicoob Maxicrédito sediada na cidade de Chapecó-SC, sob a ótica dos principais indicadores financeiros e econômicos descritos na fundamentação teórica.

Pela sua abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois busca o aprofundamento do assunto em questão. Para Gerhard e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Ainda os mesmos autores trazem que ao se utilizar do método qualitativo, o pesquisador busca explicar o porquê das coisas, sem garantir valores e sem submeter à prova os fatos encontrados, pois estes são não métricos e se valem de diferentes abordagens. A pesquisa qualitativa tem como premissa analisar e interpretar os aspectos relacionados, descrevendo e contextualizando o comportamento da organização, por meio de investigações detalhadas dos principais fatores e suas relações (MARCONI & LAKATOS, 2010).

O estudo possui natureza exploratória e descritiva, uma vez que não existe grande quantidade de estudos relacionados a incorporações de cooperativas de crédito, ao mesmo tempo mostra as características da Cooperativa de Crédito, alvo do estudo, e faz correlações entre a alteração das variáveis. A investigação exploratória se realiza em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, e apesar de ao final da pesquisa, surgirem hipóteses, não as comporta (VERGARA, 2013). Para Gil (2010), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando torná-lo mais explícito. Ainda Gil (2010), pesquisa descritiva é

aquela que tem como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, e as relações de suas variáveis.

Em relação aos meios, este estudo é uma investigação documental, pois se utiliza da análise das demonstrações contábeis da Cooperativa objeto do estudo, publicados no site: [www.maxicredito.coop.br](http://www.maxicredito.coop.br). Para Vergara (2013), a investigação documental é aquela realizada em documentos como: regulamentos, circulares, balancetes, fotografias, diários, etc. Também é pesquisa bibliográfica, ao se utilizar de livros e redes eletrônicas para elaboração da fundamentação teórica, e captação das informações necessárias para a análise dos dados.

Ainda é um estudo de caso, que Gil (2010) define com um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Para Vergara (2013), “é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidades ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”.

Neste trabalho, o estudo de caso foi realizado na Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO, com sede em Chapecó-SC.

### 3.2. UNIDADE DE ANÁLISE

A definição da Cooperativa para o estudo de caso ocorreu por disposição, e também pela representatividade da mesma no setor de cooperativismo de crédito catarinense. A Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO foi fundada em 16 de novembro de 1984, atualmente sua sede está localizada Av. Getúlio Vargas, 2553 N, Bairro Passo dos Fortes, Chapecó – SC.

### 3.3. PLANO DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A coleta dos dados ocorreu por meio do site institucional da Sicoob MaxiCrédito, [www.maxicredito.coop.br](http://www.maxicredito.coop.br), no qual se obteve os relatórios anuais (Balanços Patrimoniais

e Demonstração de Sobras ou Perdas). Também foi utilizado o site [bancodata.com.br](http://bancodata.com.br), site que possui balanços e indicadores de mais de 409 mil instituições financeiras, onde foi realizada comparação de alguns indicadores com outras cooperativas de crédito que atuam em Santa Catarina com o intuito de verificar e comparar a existência de comportamentos similares. Também se buscou informações no site do Banco Central do Brasil.

O estudo se deu em um recorte de tempo, que contempla período pré incorporação (2015), durante (2016) e pós incorporação (2017).

Foram realizadas as devidas correções dos valores constantes nos demonstrativos contábeis referente ao fechamento de exercício dos anos 2015 e 2016, trazendo para o valor presente de 2017, para tanto, utilizou-se de planilha eletrônica para o cálculo. Como referência para a atualização dos valores e obtenção dos resultados, foi utilizado a taxa do Índice de Preços ao Consumidor Acumulado (IPCA) de 2017 e 2016.

Posteriormente, foram realizados os cálculos dos índices financeiros, de acordo com a revisão de literatura levantada, ainda usando planilha eletrônica para melhor organização e tabulação, também realizou-se a análise do conteúdo, verificando a existência de relação da incorporação e mensurando o impacto da mesma em tais resultados e índices da cooperativa de Crédito Sicoob MaxiCrédito.

Por fim, os resultados finais foram alcançados e estão descritos no capítulo seguinte.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Cooperativa de Crédito Sicoob MaxiCrédito foi fundada em 16 de novembro de 1984, os 169 associados fundadores eram agricultores associados da Cooperativa Agroindustrial Alfa - Cooperalfa e líderes cooperativistas. Seu nome era Cooperativa de Crédito Rural de Chapecó Ltda. - Credialfa e sua finalidade foi suprir as necessidades de crédito ligadas ao agronegócio.

Em 14 de maio de 1985 o Banco Central do Brasil homologou a instituição e autorizou o funcionamento. As atividades iniciaram em 15 de agosto de 1985, em uma pequena sala, cedida pela Cooperalfa, com apenas um funcionário. Inicialmente atuava apenas com o crédito rural. Em 1992 foi inaugurada a agência de União do Oeste, seguida por Quilombo em 1993 e Caxambu do Sul em 1994.

A finalidade de operar apenas com crédito rural foi alterada no ano de 2005, com a alteração do segmento para livre admissão de associados, podendo então, associar-se tanto Pessoas Físicas (PF) quanto Pessoas Jurídicas (PJ). O Sicoob Maxicrédito atualmente figura entre as maiores cooperativas de crédito do país, atendendo mais de 160 mil associados, distribuídos em 73 pontos de atendimento em 41 municípios catarinenses das regiões Oeste, Vale e Litoral.

Há dois pontos que merecem destaque, por se tornaram marcos em sua história, um deles foi em 2012, onde foi aprovado em Assembléia Geral a incorporação do Sicoob/Credtec - Cooperativa de Crédito Mútuo dos Trabalhadores em Instituições de Ensino de Florianópolis-SC, ampliando a área de atuação também para municípios do litoral. Outro ponto foi o processo de incorporação da Sicoob Blucredi Sul, com sede na cidade de Blumenau-SC e atuante na região do vale do Itajaí, que foi aprovado em Assembléia Geral e ocorreu em 01 de abril de 2016. Essa incorporação aumentou ainda mais a área de atuação da MaxiCrédito.

A Cooperativa de Crédito Sicoob Blucredi Sul, foi fundada em 2000 por um grupo de 55 servidores da Prefeitura Municipal de Blumenau, que levantaram o valor aproximado de R\$ 1.000,00 cada para o capital inicial, além disso, um acordo com a Prefeitura Municipal foi arrecadado mais R\$ 65.000.00. Inicialmente a cooperativa tinha como objetivo auxiliar os funcionários municipais e fugir do ônus de um relacionamento

com bancos privados. Assim, iniciaram-se os estudos de estatutos e regimentos de outras cooperativas para encontrar um caminho e posterior criação do próprio estatuto. A construção dos processos administrativos e a captação de associados demoraram ao todo um período de três meses, a cooperativa terminou o primeiro ano de exercício com saldo positivo, superando as expectativas.

Em 2013 a Blucredi Sul passou por um processo de decisão importante, incorporar a Cooperativa de Crédito Credialves, que passava por um momento delicado e de insegurança, acrescentando a seu número de investimentos e repasses de recursos em 72 milhões de reais, aumentando também o número das agências e associados.

Visto o recorte de período a ser analisado compreende o período pré incorporação (2015) até um ano após a sua incorporação (2017), e pelo fato de já ter sido realizada a contextualização do Cooperativismo de Crédito no Brasil na parte de revisão de literatura, partiremos inicialmente para números básicos do processo de incorporação e posteriormente para os resultados dos cálculos dos indicadores e suas análises.

#### 4.1. PROCESSO DE INCORPORAÇÃO

A incorporação partiu de uma solicitação da Confederação do Sistema Sicoob, sistema que ambas cooperativas faziam parte. Foi solicitado um pedido de ajuda do Sistema Cooperativo, em razão de dificuldades que a cooperativa Blucredi Sul vinha apresentado, o argumento foi de que se não fosse consolidado o processo de incorporação, haveria abertura e pedido de “falência” pela Blucredi Sul (no caso de cooperativa, liquidação extrajudicial), prejudicando e manchando a imagem do Sistema Sicoob como um todo. Também existia a preocupação de um possível efeito dominó em outras cooperativas do mesmo Sistema. Para tanto foi escolhida a MaxiCrédito para incorporar, devido ao seu bom desempenho e estrutura já consolidada.

O momento econômico brasileiro não teve interferência no momento de tomada de decisão, pois mesmo com a economia instável, o setor cooperativista continua crescendo, e a MaxiCrédito pôde atender ao pedido de ajuda do Sistema, reforçando e consolidando um dos princípios do cooperativismo que é a Intercooperação, e que se

baseia no trabalho em conjunto, através de estruturas regionais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais.

No Quadro 5 é possível verificar a comparação entre as Cooperativas MaxiCrédito e Blucredi Sul no exercício de 2015 sobre a situação de número de associados/cooperados, número de agências e volume de ativos. Percebe-se que as duas cooperativas era muito parecidas em termos de infraestrutura e de capilaridade de clientes, porém diferiam bastante em termos de ativos.

Quadro 5 - Comparativo entre MaxiCrédito e Blucredi Sul no exercício 2015.

<b>Sicoob MaxiCrédito exercício 2015</b>	<b>Sicoob Blucredi Sul exercício 2015</b>
62 mil associados	65 mil associados
33 agências	43 agências
1,074 bilhão em ativos	399 milhões em ativos

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado no site [www.maxicredito.coop.br](http://www.maxicredito.coop.br), acesso em março de 2019

No Quadro 6, observa-se que antes do momento da incorporação a Cooperativa de Crédito Sicoob MaxiCrédito contava com um quadro de associados menor que o quadro de associados da Blucredi Sul, o mesmo observa-se no que se refere a quantidade de agências em que a Maxicrédito possuía 33 agências e a Blucredi Sul, 43 agências. Porém os ativos da Maxicrédito eram bem superiores ao da Blucredi Sul.

Quadro 6 - Números da MaxiCrédito

	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Nº de Associados	62.649	132.541	151.853
Pontos de Atendimento	35	72	72
Colaboradores	368	686	816
Municípios de Atuação	33	70	70

Fonte:Elaborado pelo Autor. Baseado no acervo da MaxiCrédito

No Quadro 6 é possível visualizar a evolução do nº de Associados, Pontos de Atendimento (PA), Colaboradores e Municípios de atuação da MaxiCrédito. Percebe-se que o nº de associados mais que dobrou no período, acompanhado pelo mesmo



crescimento de PA's, desta maneira, os colaboradores passaram de 368 para 816 no período, buscando manter a mesma proporção a fim de manter a qualidade do atendimento. A MaxiCrédito passou a atuar em 70 municípios com a incorporação.

Faz parte do planejamento estratégico da MaxiCrédito a definição da missão, visão e valores. A missão está definida da seguinte maneira: “Contribuir para o desenvolvimento econômico e social através do cooperativismo por meio da intermediação financeira e da prestação de serviços, gerando resultado para os associados”.

A visão, por sua vez está definida da seguinte forma: “Ser reconhecida nacionalmente como a melhor cooperativa de crédito com solidez e inovação, satisfazendo as necessidades dos associados e colaboradores.”

Os valores da MaxiCrédito estão pautados em ética, realizando ações na ética e transparência para atingir os objetivos institucionais, respeitando o quadro social e garantindo a longevidade da organização. Credibilidade, sendo reconhecida como cooperativa de crédito sólida, trabalhando com seriedade e responsabilidade gerando credibilidade diante da comunidade. Cooperação, promovendo o relacionamento recíproco, fortalecendo a valorização das pessoas e a cultura do cooperativismo. Profissionalismo, buscando continuamente a melhoria dos serviços de forma produtiva e responsável para garantir a competitividade no mercado e fidelização dos associados. Inovação, desenvolvendo métodos inovadores para atender de forma proativa o público interno e externo. Neste sentido, a Maxicrédito buscou com a incorporação da Blucredi Sul, manter esses valores e sua missão.

As próximas seções realizam a análise dos indicadores. O Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Sobras ou Perdas e os indicadores estão dispostos nos Quadros 12, 13 e 14 do APÊNCICE.

## 4.2. ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

Em 2015 o Ativo Circulante representava 66,88% do total dos ativos, sendo duas de suas contas muito representativas, os “Títulos e Valores Mobiliários”, que contemplam os “Títulos de Renda Fixa<sup>1</sup>” e “Vinculados a Prestação de Garantias”; e as “Operações de Crédito<sup>2</sup>”, que contemplam as “Operações de Crédito” e as “Provisões para Créditos de Operações Duvidosas”, representam 32,27% e 29,55% dos ativos, respectivamente. As “Disponibilidades<sup>3</sup>” representavam apenas 0,53% do total dos ativos.

O Ativo Não Circulante representava 33,12% do total dos Ativos, sendo as “Operações de Crédito” responsáveis por 27,39% do total, seguidas pelos “Títulos e Valores Mobiliários” com 2,68% e “Investimentos<sup>4</sup>” com 2,46%. O “Imobilizado em uso<sup>5</sup>” era de apenas 0,42% e “Outros créditos” representavam 0,17% do total. Importante citar que as operações de crédito do Ativo Não Circulante possuem vencimento acima dos 365 dias, sendo portanto diferentes das operações constantes no Ativo Circulante.

Enquanto que o Passivo Circulante financiava 72,34% do total dos ativos, sua conta com maior representatividade era “Depósitos<sup>6</sup>” com 65,49% total, sendo que destes, os depósitos a prazo eram 56,86% e os depósitos a vista 8,63%. “Relações Interfinanceiras<sup>7</sup>” representavam 4,34%, “Outras Obrigações” 1,35%, “Obrigações por Repasses do País” 0,63% e “Obrigações por Empréstimos” 0,53%.

O Ativo Não-Circulante representava apenas 9,77% do total dos ativos, sendo os “Repasses Financeiros” responsáveis por 7,33%, “Obrigações por Repasses do País” 2,03%, “Outras Obrigações” 0,27% e “Obrigações por Empréstimos” 0,13%

---

<sup>1</sup> Referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL SC/RS, com remuneração de, aproximadamente, de 90% até 104% do CDI.

<sup>2</sup> Composto por Adiantamento a depositantes, Empréstimos, Títulos descontados, Financiamentos e Financiamentos rurais e agropecuários descontadas as Provisões para Operações de Crédito.

<sup>3</sup> Composto por Caixa, Numerários em Trânsito e Depósitos Bancários

<sup>4</sup> O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL SC/RS e ações do BANCOOB.

<sup>5</sup> Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado.

<sup>6</sup> Composto por valores de disponibilidade imediata e por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos.

<sup>7</sup> Registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro.

O Patrimônio Líquido por sua vez, representava 17,89% dos Ativos, composto pelo “Capital Social<sup>8</sup>” 9,02%, “Reservas de Sobras<sup>9</sup>” 7,78% e “Sobras a Disposição da Assembléia” 1,09%.

Diante disto, se percebe que a Cooperativa financiava seus Ativos com 82,11 % de capital de Terceiros. Basicamente todo seu Ativo Circulante advinha dos Depósitos. Uma parte significativa do PC financiava as Operações de Crédito do ANC. O valor dos bens imobilizados eram baixos, comparado ao total do Ativo. Apesar das fontes de financiamento estarem concentradas no PC a estrutura de Capital se apresenta compatível com o setor.

A carteira de Crédito era, em 2015, representada por 50,9% de Pessoas Físicas (PF) e 49,1% de Pessoas Jurídicas (PJ). Destas, o percentual de operações com nível de risco D, E, F, G e H, que são as que mais provisionam parte do crédito, representavam 13,1% do total, e as que provisionam 100% do valor da operação (H) eram de 4,7%, impactando diretamente no resultado da cooperativa, conforme demonstrado a seguir, pois a cada unidade monetária emprestada, outra unidade será colocada na conta “Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa”, sendo revertido somente com a ocorrência da amortização do empréstimo.

No ano de 2015 às “Rendas com Operações de Crédito”, representavam 76,07% das Receitas enquanto que o “Resultado com Operações Títulos e Valores Mobiliários”, representavam 23,93%. As “Despesas com Intermediações Financeiras” eram de 68,23% do total das receitas, sendo que destes 37% foram relativos às “Operações de Captação no Mercado” e 28,30% em “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”, resultando em Resultado Bruto de apenas 31,77% das receitas. As Despesas Operacionais foram de 16,06% do total das receitas, sendo as Despesas com Pessoal responsáveis por 11,01% das receitas.

O Resultado Operacional foi de 15,71% das Receitas. Os resultados não operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social, representaram menos de 1% cada. Desta forma as Sobras Líquidas representaram 15,30% do total das receitas.

---

<sup>8</sup> Representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados.

<sup>9</sup> Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Depois ainda 1,34% da receitas foram pagos em Juros sobre o Capital Próprio.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), percebe-se de que as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa impactam fortemente no Resultado Bruto. O custo com pessoal tem o maior impacto no Resultado Operacional. Porém o percentual de sobras líquidas sobre as receitas, demonstra boa eficiência operacional.

Em 2016 o Ativo Circulante representava 69,15% do total dos ativos, sendo duas de suas contas muito representativas, os Títulos e Valores Mobiliários, que contemplam os Títulos de Renda Fixa e Vinculados a Prestação de Garantias; e as Operações de Crédito, que contemplam as Operações de Crédito e as Provisões para Créditos de Operações Duvidosas, representam 36,65% e 23,08% dos ativos, respectivamente. As disponibilidades representavam 1,13% do total dos ativos.

O Ativo Não Circulante representava 30,85% do total dos Ativos, sendo as Operações de Crédito responsáveis por 23,91% do total, seguidas pelos Títulos e Valores Mobiliários com 2,34% e Investimentos com 1,95%. O imobilizado em uso era de 2,46% e outros créditos representavam 0,14% do total.

Enquanto que o Passivo Circulante passou a financiar 84,05% do total dos ativos, sua conta com maior representatividade era Depósitos com 76,42% total, sendo que destes, os depósitos a prazo eram 66,35% e os depósitos a vista 10,07%. Relações Interfinanceiras representavam 3,03%, Outras Obrigações 2,32%, Obrigações por Repasses do País 1,74% e Obrigações por Empréstimos 0,53%.

O Ativo Não-Circulante representava apenas 3,89% do total dos ativos, sendo os repasses interfinanceiros responsáveis por 3,82%, Obrigações por Repasses do País 0,01% e Obrigações por Empréstimos 0,06%

O Patrimônio Líquido por sua vez, representava 12,06% dos Ativos, composto pelo Capital Social 10,89%, Reservas de Sobras 7,51% e perdas a Disposição da Assembléia 6,34%.

Observa-se que o ano de ocorrência da incorporação houve alteração significativa no percentual de participação das contas do Balanço Patrimonial. O capital de terceiros passou a ter ainda maior participação das fontes de financiamento. O PC financia 84,05% dos Ativos, o PC teve queda impulsionada pela queda percentual dos Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Repasses no País. Diante disto o PL teve o

mesmo movimento de queda na participação das fontes de financiamento, devido a incorporação das Perdas. O percentual de bens imobilizados em uso participam de 2,46% do total dos ativos. A estrutura de Capital se mantém compatível com o setor.

No ano de 2016 às Rendas com Operações de Crédito, representavam 73,12% das Receitas enquanto que o Resultado com Operações Títulos e Valores Mobiliários, representavam 26,88%. As Despesas com Intermediações Financeiras eram de 77,07% do total das receitas, sendo que destes, 41,66% foram relativos às Operações de Captação no Mercado e 32,74% em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, resultando em Resultado Bruto de apenas 22,93% das receitas. As Despesas Operacionais foram de 22,05% do total das receitas, sendo as Despesas com Pessoal responsáveis por 15,66% das receitas.

O Resultado Operacional foi de apenas 0,88% das Receitas. O Resultado não Operacional foi significativo com 8,22% das receitas, o Imposto de Renda e Contribuição Social, representam apenas 0,18%. Desta forma as Sobras Líquidas resultaram em 8,92% do total das receitas. Depois ainda 0,84% da receitas foram pagos em Juros sobre o Capital Próprio.

Na DSP percebe-se que as Despesas de Intermediações Financeiras, puxada pelas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e pelas Operações de Captação no Mercado, impactaram negativamente ainda mais forte no Resultado Bruto e conseqüentemente nas Sobras Líquidas. As Despesas Operacionais também aumentaram o percentual sobre as receitas. Devido ao aumento dos custos e despesas o Lucro Operacional foi de menos de 1% das receitas. Devido ao acréscimo positivo do Resultado não Operacional, o qual não foi identificado o motivo, foi possível ter Sobras Líquidas de 8,92% das Receitas. Esse movimento demonstra que houve queda na eficiência operacional da Cooperativa.

Em 2017, ano seguinte ao processo de incorporação, o Ativo Circulante representava 69,44% do total dos ativos, sendo duas de suas contas muito representativas, as Relações Interfinanceiras, que contemplam a Centralização Financeira; e as Operações de Crédito, que contemplam as Operações de Crédito e as Provisões para Créditos de Operações Duvidosas, representam 33,43% e 27,17% dos ativos, respectivamente. As disponibilidades representavam 0,99% do total dos ativos.

O Ativo Não Circulante representava 30,56% do total dos Ativos, sendo as Operações de Crédito responsáveis por 23,39% do total, seguidas pelos Títulos e Valores Mobiliários com 3,24% e Investimentos com 1,67%. O imobilizado em uso era de 2,04% e outros créditos representavam 0,20% do total.

Enquanto que o Passivo Circulante passou a financiar 83,69% do total dos ativos, sua conta com maior representatividade foi Depósitos com 74,71% total, sendo que destes, os depósitos a prazo eram 62,82% e os depósitos a vista 11,59%. Relações Interfinanceiras representavam 4,31%, Outras Obrigações 2,45%, Obrigações por Empréstimos 0,38% e obrigações por Emissão de LCA 1,82%.

O Ativo Não-Circulante representava apenas 3,87% do total dos ativos, sendo os repasses interfinanceiros responsáveis por 3,74%, e Obrigações por Empréstimos 0,13%.

O Patrimônio Líquido por sua vez, representava 12,44% dos Ativos, composto pelo Capital Social 9,80%, Reservas de Sobras 7,45% e Perdas a Disposição da Assembléia 4,81%.

Observa-se que o ano seguinte a ocorrência da incorporação não houve alteração significativa no percentual de participação das contas do Balanço Patrimonial. O capital de terceiros continuou a ter a maior participação das fontes de financiamento. O PC financia 83,69% dos Ativos, o PC se mantém com baixo percentual de participação. O PL teve o mesmo movimento de manutenção na participação das fontes de financiamento, devido a não cobertura das Perdas incorporadas. O percentual de bens imobilizados em uso participam de 2,04% do total dos ativos. A estrutura de Capital se mantém compatível com o setor.

No ano de 2017 às Rendas com Operações de Crédito, passaram a representar 82,63% das Receitas enquanto que o Resultado com Operações Títulos e Valores Mobiliários, representavam 17,37%. As Despesas com Intermediações Financeiras eram de 69,61% do total das receitas, sendo que destes, 36,26% foram relativos às Operações de Captação no Mercado e 30,62% em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, resultando em Resultado Bruto de 30,39% das receitas. As Despesas Operacionais foram de 16,55% do total das receitas, sendo as Despesas com Pessoal responsáveis por 18,49% das receitas e Outras Despesas Administrativas

22,15%.

O Resultado Operacional foi de apenas 13,84% das Receitas. O Resultado Não Operacional, o Imposto de Renda e Contribuição Social, representam menos de 1% cada. Desta forma as Sobras Líquidas resultaram em 13,46% do total das receitas. Depois ainda 0,88% da receitas foram pagos em Juros sobre o Capital Próprio.

Na DPS percebe-se que as Despesas de Intermediações Financeiras, baixaram a percentuais próximos a 2015, sendo que o Resultado Bruto foi de 30,39% das receitas. As Despesas Operacionais também fizeram o mesmo movimento de baixa. Devido ao movimento decrescente dos custos e despesas o Lucro Operacional foi de 13,84% das receitas. As Sobras Líquidas se elevaram ao patamar de 13,46% das Receitas. Demonstrando melhora na eficiência operacional.

Em relação as movimentações das contas no recorte de tempo, a incorporação realizada pela Sicoob Maxicrédito resultou no aumento do Ativo Circulante de 47% de 2015 para 2016 em termos reais, crescimento este devido, principalmente, pelo aumento das disponibilidades com 202% e de pelas relações interfinanceiras com aumento de 381%, que somados tiveram um aumento dos ativos circulantes no valor superior a 33 milhões, aumento em virtude do tamanho da cooperativa incorporada. Nesse mesmo movimento no ano de 2017 os Ativos Circulantes aumentaram mais 12,22%, neste ano houve movimentação de valores entre as contas do ativo circulante, as Disponibilidades tiveram leve recuo, enquanto que os Títulos e Valores Mobiliários amargaram recuo de 90,20%.

Na contramão dos recuos, as Relações Interfinanceiras que referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS, tiveram aumento de mais de 1.500% em relação a 2016, se comparar a 2015, esse percentual é ainda maior alcançando 7.607,61%, ou seja, ao invés de deixar os valores dos depósitos que não são utilizados para realizar operações financeiras na conta disponibilidades (caixa) ou aplicado em títulos, o valor é aplicado junto a Cooperativa Central a qual a Sicoob MaxiCrédito é associada, fortalecendo o sistema ao não retirar o dinheiro do mesmo, fazendo circular internamente. A decisão de realizar este procedimento é tomada pela Diretoria Executiva diante de não haver demanda qualificada para tomar o crédito disponível.

Os Títulos e Valores Mobiliários tiveram queda em relação a 2015 de 84,15%. Enquanto que as Relações Interfinanceiras e Operações de Crédito, somados, aumentaram em mais de 772 milhões o Ativo Circulante.

O Ativo Não Circulante teve aumento de 33% em 2016 em comparação a 2015, impactados principalmente por duas contas, Operações de Crédito e Imobilizado em uso com 24,30% e 739,14% respectivamente, somadas as duas contas o valor ultrapassou 113 milhões. Em 2017 o Ativo Não Circulante manteve-se em aumento de 10,69% em relação a 2016, alavancado pelos Títulos e Valores Mobiliários 54,75% e Operações de Crédito 9,31%, que somados o valor é superior a 58 milhões. Em movimento contrário o Imobilizado em Uso teve recuo de 7,60%. Em relação a 2015 os Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e Imobilizado em Uso, tiveram aumento de 92,47%, 35,87% e 675,33% respectivamente, que somados impactaram em mais de 176 milhões de reais os Ativos Não Circulantes.

O Passivo Circulante teve aumento total de 65,47% em 2016 em relação a 2015, impactado fortemente pelos Depósitos, que com aumento de 66,18%, evolui em mais de 505 milhões de reais, seguido de Outras Obrigações que apesar do aumento de 154,64% impactaram em valores de quase 23 milhões, e Obrigações por Repasses no País com aumento de 296,33% impactando em valor acima de 21 milhões. Em 2017 o Passivo Circulante aumentou ainda 11,26% comparado com 2016 alavancado pelos depósitos que apesar do aumento de apenas 9,25% impactou em mais de 117 milhões, seguido do aumento de Relações Interfinanceiras com 59,05%, impactando em mais de 29 milhões, as Obrigações por Emissão de LCA impactaram em valor acima de 33 milhões, porém não possui valor de referência em 2015 e 2016.

Ao se comparar a 2015 o Passivo Circulante cresceu 84,11%, com impacto superior a 710 milhões. Sendo que destes mais de 623 milhões se referem ao total dos Depósitos, e destes 503 milhões advém dos depósitos a prazo. Esse crescimento é explicado pelo considerável aumento de associados, considerando que façam a movimentação financeira na cooperativa já era esperado que esse volume fosse crescer.

O Passivo Não Circulante, com a ocorrência da incorporação em 2016, diminuiu seu valor comparado a 2015 em 43,48%, impulsionado pela queda das Obrigações por



Repasse do País de 99,63% com valor acima de 23 milhões seguido da queda de 25,73% dos Repasses Interfinanceiros com valor de mais de 22 milhões. No geral todas as contas do Passivo Não Circulante tiveram queda. No ano de 2017 o Passivo Não Circulante aumentou em 11,17% sobre 2016, alavancado pelo aumento de 9,20% dos Repasses Interfinanceiros no valor de 5,8 milhões seguido do aumento de 140,45% das Obrigações por Empréstimos com valor superior a 1,4 milhões, as Obrigações por Repasse do País num movimento contrário caíram mais 48,46%.

Comparado a 2015 o Passivo Não Circulante diminuiu 36,94% em 2017, impactado principalmente pela queda de 99,81% das Obrigações por Repasse do País que passaram do valor superior a 23 milhões para apenas 45 mil reais, as outras obrigações tiveram queda de 100%, baixando o valor de 3 milhões para 0.

O Patrimônio Líquido encolheu 3,99% em 2016 com a incorporação comparado a 2015. Essa queda foi resultante da incorporação das Perdas a Disposição da Assembléia, pois possuía sobras (positivas) e passou a ter perdas. A queda percentual desta conta foi de 928,83% passando de mais de 12,7 milhões positivos para mais de 105,4 milhões negativos. O Capital social teve aumento de 71,95% mais de 75,7 milhões e as Reservas de Sobras aumentaram 37,57% valor acima de 34,1 milhões. Apesar do aumento do Capital Social e Reserva de Sobras, o PL diminuiu pois o valor das perdas incorporadas foram superiores.

A cooperativa incorporada (Blucredi), vinha apresentando resultado negativo há pelo menos 3 anos, isso explica o alto valor de perdas que foi incorporado pela Maxicredito. Esse desempenho ruim da Blucredi, fez com que o próprio sistema Sicoob realizasse um estudo a fim de verificar a capacidade de outra cooperativa singular dentro do sistema realizar a sua incorporação e não deixar com que a Blucredi fosse liquidada e em consequência poder manchar a imagem do Sicoob como um todo, visto que existe dificuldade das pessoas entenderem como funciona o sistema de crédito Cooperativo.

Em 2017 o PL teve crescimento de 15,30% em relação a 2016, alavancado principalmente pelas reservas de sobras que cresceram 10,78% valor acima de 13,4 milhões. O capital social também aumentou mais de 1 milhão com crescimento de 0,56%. As Perdas a Disposição da Assembléia forma cobertas em parte, diminuindo em

15,36% também ajudando a aumentar o PL já que se trata de uma conta de subtração.

Em comparação a 2015, no ano de 2017 o PL cresceu 10,71% com o crescimento total do Capital social de mais de 76,7 milhões (72,91%) e pelo aumento das reservas de Sobras superior a 47,5 milhões (52,40%). As Sobras que eram positivas passaram a ser negativas de mais de 101,9 milhões (-801,53%), contribuindo negativamente na ascensão do PL.

Ao olharmos para as Receitas geradas pela Intermediação Financeira, a incorporação gerou aumento de 42,77% em 2016 em relação a 2015, onde o maior aumento percentual foi no Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários, com 60,34%, e mais de 29,6 milhões de reais, enquanto que as receitas com operações de Crédito aumentaram 37,25% com valor superior a 58,2 milhões, aumento de grande importância. Em contrapartida as despesas geradas com a Intermediação Financeira aumentaram em 61%, alavancado pelo aumento das despesas com Operações no Mercado em 60,74% no valor de mais de 46,2 milhões e do aumento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa de 65,15% com quase 40 milhões.

Apesar de um percentual maior de aumento das despesas o Resultado Bruto teve aumento de 3,04% com elevação de quase 2 milhões. Já o Resultado operacional não teve o mesmo movimento, ao contrário, teve queda brusca de 91,98%, o aumento das receitas de Prestação de Serviços e das Outras Receitas Operacionais não compensaram o aumento das Despesas com Pessoal e Outras Despesas Administrativas que aumentaram em mais de 100%. Nesse sentido as Sobras Líquidas do Período só não foram perdas devido ao crescimento de 4.689,63% do Resultado Não Operacional com mais de 24,6 milhões, porém amargaram queda de 16,77% com menos 5,2 milhões de sobras que em 2016. A origem do Resultado Não Operacional não pode ser identificado, nem mesmo nas Notas Explicativas.

Percebe-se que a incorporação trouxe aumento das receitas, porém também foram incorporadas o aumento das despesas em proporções e valores maiores, impactando negativamente nas sobras, com um recuo importante das mesmas, diminuindo o valor a ser distribuído entre os associados. O aumento das receitas ocorreu devido ao aumento do volume e valor das operações de crédito contratadas, da mesma forma, as despesas aumentam, pelo fato de as operações de captação, que

também aumentaram, requererem remuneração e de que, exceto as operações de crédito contratadas em nível de risco AA, também possuem um percentual de provisão.

Em 2017, comparado a 2016 as Receitas geradas pela Intermediação Financeira diminuíram 3,38%, onde o maior recuo percentual foi no Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários, com 37,56%, e mais de 29,6 milhões de reais, enquanto que as receitas com operações de Crédito aumentaram 9,19% com valor superior a 19,7 milhões. No mesmo movimento as despesas geradas com a Intermediação Financeira também diminuíram em 12,73%, devido o recuo das despesas com Operações no Mercado em 15,89% no valor de mais de 19,4 milhões e da queda das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa de 9,61% com 9,2 milhões.

Em consequência da queda das despesas em 2017 o Resultado Bruto teve aumento de 28,06% com elevação de mais de 20 milhões em comparação a 2016. Desta forma o Resultado Operacional teve o mesmo movimento, com ótimo aumento de 1.413,61%, onde o crescimento das Outras Receitas Operacionais de mais de 411% compensou o aumento das Despesas com Pessoal e Outras Despesas Administrativas. Nesse sentido as Sobras Líquidas do Período aumentaram 45,83% sobre 2016, com elevação de mais de 13,1 milhões nas sobras.

Neste período é perceptível que as despesas foram bem geridas, diminuindo o valor a ser descontados das receitas, proporcionando um aumento considerável das sobras líquidas, o que para os associados é visto com bons olhos, por proporcionar maiores valores a ser distribuídos entre si.

Ao se comparar o fechamento do exercício 2017 com 2015, as Receitas de Intermediação Financeira tiveram crescimento de 37,95%, alavancada pelo aumento de 49,85% das Rendas de Operações de Crédito. O Resultado com Operações Títulos Valores Mobiliários tiveram apenas um sensível crescimento de 0,11%. Enquanto isso as despesas aumentaram 40,75% impactada pelo aumento de 49,27% das Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa de mais de 28,6 milhões, seguido do aumento de 35,20% das despesas com Operações de Captação no Mercado de valor acima de 26,7 milhões.

Apesar do percentual de aumento das despesas ter sido maior que o aumento

percentual das Receitas o Resultado Bruto cresceu em 31,94%, totalizando um valor de aumento acima de 20,8 milhões de reais. Ao valor da Receita Bruta foram incorporadas as Receitas de Prestação de Serviços e Outras Receitas Operacionais com valores significativos e que somados ultrapassam 67 milhões de aumento. As Receitas de Prestação de Serviços e Outras Receitas Operacionais aumentaram 160,03% e 2.099,95% respectivamente. Em contrapartida as Outras Despesas Administrativas e Despesas de Pessoal cresceram 227,69% e 131,56% respectivamente, aumentando os valores em 73,3 milhões de reais.

Diante do exposto, as Despesas Operacionais aumentaram 42,2% em 2017 comparadas a 2015. No mesmo movimento de aumento o Resultado Operacional cresceu 6,9 milhões sendo em termos percentuais de 21,46%. O Imposto de Renda e Contribuição Social tiveram queda de 43,16% e 38,84% respectivamente, auxiliando para o aumento das Sobras Líquidas de 21,37% sobre 2015, isso resultou no melhor resultado de Sobras Líquidas da cooperativa até então com valor de 38,1 milhões a ser distribuído entre seus associados. É perceptível que ocorreu aumento geral, tanto em despesas quanto em receitas.

Realizando a análise vertical e horizontal em conjunto é possível verificar que incorporação realizada pela Sicoob Maxicrédito resultou no aumento do Ativo Total de 59% de 2015 a 2017 em termos reais, crescimento este devido, principalmente, pelas relações interfinanceiras com aumento de 7.608% que referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL SC/RS. Tal crescimento causou alteração dos ativos. Em 2015, 66,88% dos recursos estavam aplicados no Ativo Circulante, percentual que subiu para 69,44% em 2017. O crescimento do Ativo Circulante foi financiado pelo Passivo Circulante, que passou de 72,34% do Passivo Total em 2015 para 83,69% em 2017, constituindo-se no principal grupo de financiamento.

O Patrimônio Líquido, que fornecia 17,87% dos recursos em 2015, diminuiu para 12,44% de participação em 2018, enquanto que o Passivo Não Circulante também teve queda de 9,77% para 3,87% de participação no mesmo período. Tendo o Passivo Circulante crescido mais que o Ativo Circulante, a Cooperativa não financiou esse último com o Exigível a Longo Prazo, o que seria o recomendável. Porém é comum

para o setor utilizar-se do capital de terceiros para alavancar seu negócio.

Um aspecto que se destaca é a queda da participação do Patrimônio Líquido de 17,89% em 2015 para 12,44% em 2017 em relação ao Passivo Total, puxado pelas perdas acumuladas de exercícios encerrados da incorporada. Sendo que o capital social, mesmo com aumento real de 73% no mesmo período somado às sobras do Exercício ainda não compensou o prejuízo das Cooperativas incorporadas. Apesar do PL ter diminuído seu percentual sobre o Ativo o seu valor cresceu 10,71% de 2015 a 2017.

A incorporação fez a Cooperativa aumentar o percentual de Ativo Circulante financiado-se pelo Passivo Circulante, devido ao grande crescimento dos depósitos, de mais de 81%.

Outra situação que merece atenção é uma das contas do PL, as Sobras/Perdas a disposição da Assembléia aonde a cooperativa vinha com resultado positivo, porém com incorporação essa conta passou a ser negativa, amargando perdas de mais de 89 milhões no fechamento de 2017. Percebe-se que o valor destas perdas era maior em 2016, demonstrando que a cooperativa vem revertendo esse cenário, utilizando o resultado do exercício para amortizar parte das perdas. A assembléia realizou a aprovação do aumento da Reserva Legal em 85,80% entre 2015 e 2017, situação que auxiliou a aumentar o valor do PL.

Em relação às receitas, houve crescimento significativo em 2016 (ano da incorporação) e em 2017, de 43% e 38%, respectivamente, comparado ao ano de 2015, devido ao aumento das Receitas com Operações de Crédito, esse aumento está diretamente ligado ao aumento do número de associados, aumentando simultaneamente o número de operações de crédito .

A Cooperativa diminuiu seu desempenho com Despesas de Intermediações Financeiras, com aumento do Percentual das receitas de 68% em 2015, para 77% em 2016 e 70% em 2017. Com isso, o Resultado Bruto das Intermediações Financeiras que representava 32% das receitas em 2015 diminuiu para 23% em 2016 e 30% em 2017. Esse decréscimo de 2% em dois anos impactou nas sobras líquidas do período na mesma proporção de era de 15% em 2015 e passou para 13% em 2017 das receitas. Mesmo com o recuo do percentual das sobras sobre as receitas, em termos

monetários o resultado foi o maior desde a constituição da Cooperativa.

Em resumo, o que se percebe que ocorreu na estrutura da Cooperativa Sicoob Maxicrédito com a incorporação, foi o aumento dos numerários ficando, desta forma, mais robusta. Os percentuais não indicam mudança drástica na participação dos totalizadores das principais contas do Balanço Patrimonial. Porém como houve aumento dos valores, isso acaba por impactar no resultado em termos monetários, sendo que o percentual de 15% de Sobras Líquidas do Período sobre as Receitas, resultou em 31,4 milhões em 2015, em 2017 apesar de as sobras líquidas representarem 13% das receitas, resultou em 38,1 milhões, valor que corresponde a 21% de aumento sobre 2015.

#### 4.3. ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de Liquidez Seca e Corrente que eram em 2015 de 0,92, depois da incorporação caíram para 0,82 em 2016, e se elevaram para 0,83 em 2017, porém ainda inferior a 2015. A Liquidez Seca e Corrente possuem o mesmo resultado devido ao fato de a Cooperativa não possuir estoques. A queda da Liquidez Seca e Corrente de 2017 sobre 2015 se deve ao aumento da participação do Passivo Circulante comentado na análise vertical.

Desta forma para cada R\$ 1,00 de obrigações no Curto prazo a cooperativa dispõe de R\$ 0,85 em ativos líquidos.

Quadro 7 - Índices de Liquidez

	2015	2016	2017
Liquidez Corrente	0,92	0,82	0,83
Liquidez Seca	0,92	0,82	0,83
Liquidez Imediata	0,01	0,01	0,01
Liquidez Geral	1,21	1,11	1,12
“Encaixe”	0,06	0,11	0,09

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

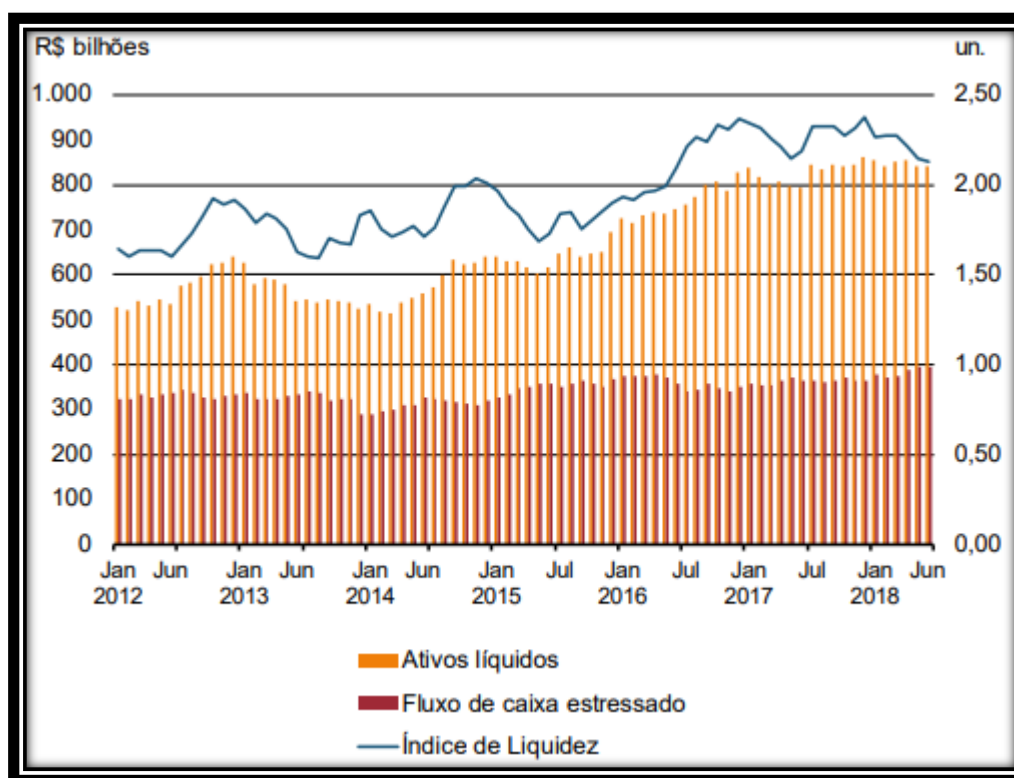
A Liquidez Imediata ao contrário da Liquidez Seca e Corrente aumentou de 0,007 em 2015 para 0,012 em 2017, sendo que neste caso a incorporação trouxe melhora do índice, apesar de continuar extremamente baixo. Esse índice se deve ao baixo valor de

disponibilidades no Ativo, uma vez que a Cooperativa e as demais instituições financeiras mantêm em disponibilidades valores estimados para saída de caixa no período de 30 dias.

Em termos de Liquidez Geral, que era de 1,21 em 2015, depois da incorporação teve leve queda para 1,10 em 2016 e se elevou para 1,12 em 2017.

Comparado ao índice de Liquidez agregado do Sistema Financeiro Nacional (Figura 8) com a Cooperativa Sicoob Maxicrédito, se percebe que está abaixo da média nacional. Porém o cálculo realizado pelo BC para esse indicador leva em consideração os ativos líquidos sobre as necessidades de caixa no curto prazo (trinta dias subsequentes), cálculo esse que não foi realizado para o presente trabalho, desta forma não pode ser levado como boa referência.

Figura 8 - Índice de Liquidez agregado do sistema financeiro.



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018\\_10/refPanoramaSFN.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018_10/refPanoramaSFN.pdf). Acesso em maio de 2019.

Diante do exposto, referente a literatura utilizada para base, a Liquidez Geral é

considerada boa, sendo que é superior a 1.

A relação “Disponibilidades/Depósitos à vista” também chamado “encaixe”, era de 0,06 em 2015, depois da incorporação passou para 0,11 em 2016 e 0,09 em 2017. A incorporação elevou o “encaixe” resultando no limite de valor mínimo considerado ideal para Savytzky (2011).

Todos os índices de liquidez, exceto o “encaixe”, sofreram impacto negativo no ano da incorporação, no ano subsequente os índices melhoraram, indicando melhora no desempenho ao passar do tempo.

#### 4.4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

O Endividamento Geral sobre o Ativo era de 82,11 em 2015, com a incorporação, se elevou para 87,94 em 2016 e 87,55 em 2017 teve baixa queda, mas mesmo assim superior a 2015. A elevação do índice de endividamento foi ocasionado pela elevação do percentual de Passivos e queda Da participação do PL nos Ativos.

O Endividamento de Curto Prazo sobre o Total que era de 88,10 em 2015, com a incorporação, se elevou para 95,58 em 2016 e se manteve em 95,58 em 2017.

#### Quadro 8 - Índices de Endividamento

	2015	2016	2017
Endividamento Geral sobre o Ativo	82,11	87,94	87,56
Endividamento de Curto Prazo sobre o Ativo	88,11	95,58	95,58
Endividamento Geral sobre o PL	459,03	729,23	631,54
Garantia do Capital Próprio	21,79	13,71	14,21

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

O Endividamento Geral sobre o Patrimônio Líquido que era de 459,02% em 2015, com a incorporação, se elevou radicalmente para 729,23% em 2016 e baixa para 631,54% em 2017, demonstrando que a soma dos Passivos Circulantes e Passivos Não-Circulantes é cerca de 6,3 vezes maior que o Patrimônio Líquido.

A garantia ao Capital Próprio teve impacto negativo, em 2015 era 21,78 e com a incorporação, teve queda para 13,71 em 2016 e leve aumento para 14,21 em 2017, fechando ainda abaixo de 2015. Desta forma se percebe que o grau de endividamento

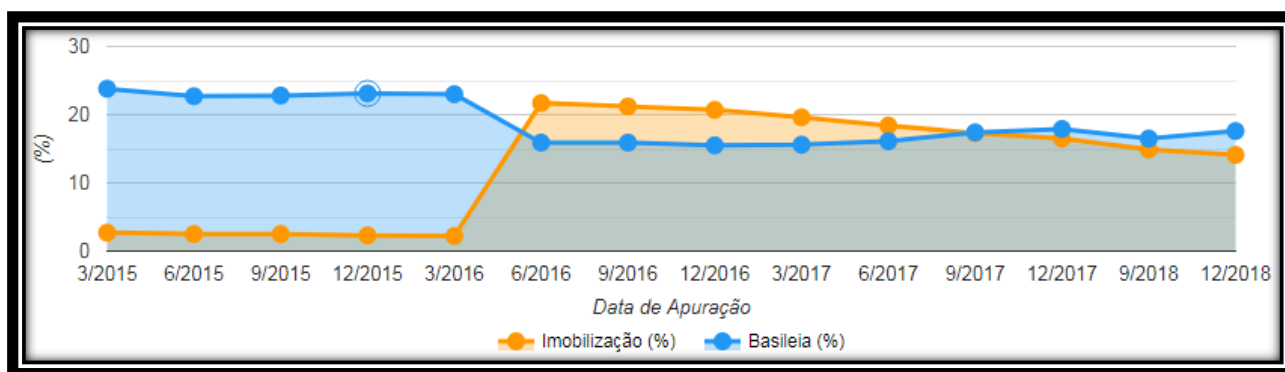


se elevou ainda mais, porém, considerado por Savytzky (2011) comum para o setor.

O indicador de endividamento mais adequado para o setor financeiro é o Índice de Basileia, também é o índice que possibilita verificar se a instituição cumpre as regras prudenciais determinadas pelo Banco Central, seguindo o acordo de Basileia.

Neste indicador, a incorporação fez com que a MaxiCrédito continue a atender com folga o requisito mínimo que é de 11%, apesar da incorporação causar queda desse índice. O site [bancodata.com.br](http://bancodata.com.br) mostra os principais indicadores das instituições financeiras do Brasil, e demonstra que em 2015 a cooperativa mantinha o índice de Basileia de 23,1%, valor satisfatoriamente acima do mínimo requerido, diminuindo para 15,5% em 2016, impactado pela incorporação de ativos de baixa qualidade, e se elevando para 17,9% em 2017, devido a melhoria da gestão dos ativos, como se pode visualizar na Figura 9. A elevação do índice de Basileia, após a queda ocorrida com a incorporação, demonstra que a MaxiCrédito realizou uma gestão eficiente, pois conseguiu melhorar o índice com apenas um ano de trabalho.

Figura 9 - Índice de Basileia de Imobilização do PL da MaxiCrédito



Fonte: <https://bancodata.com.br/relatorio/78825270/#top>. Acesso em maio 2019

Enquanto que ao verificar a Imobilização do Patrimônio Líquido, em 2015 a cooperativa possuía 2,3% do ativo imobilizado, percentual considerado baixo, em 2016, ano da incorporação a imobilização se elevou para 20,7% devido a cooperativa incorporada estar com alto percentual do ativo imobilizado, e diminuindo para 16,5% em 2017 devido a boa gestão dos ativos. Além da incorporação dos ativos imobilizados, em 2016, ocorreu a construção do prédio para sediar o Administrativo da MaxiCrédito,

imóvel este de 8 pavimentos e mais 3 pavimentos no subsolo, contribuindo para a elevação do ativo imobilizado, mas ainda cumprindo o regulamentado pelo acordo de Basileia III, que conforme o BancoData (2019), o máximo tolerado pelo BC é de 50%.

O Índice de Basiléia merece destaque e comparações a outras Cooperativas de Crédito de Santa Catarina. No Quadro 9 é possível verificar o Índice de Basiléia do período de 2015 a 2017, da Sicoob MaxiCrédito, do Sicoob São Miguel com sede em São Miguel d'Oeste - SC, Sicredi Sul com sede em Criciúma-SC e com a Cresol Concórdia com sede em Concórdia - SC. Tal comparação é importante a fim de verificar como se comporta o índice dentro de instituições localizadas próximas a área de atuação da Maxicrédito e identificar se existe um comportamento estático ou dinâmico, e se dinâmico qual o movimento da oscilação .

Quadro 9 - Comparativo do Índice de Basiléia

<b>Instituição/Exercício</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Índice Base no Brasil</b>
Sicoob MaxiCrédito, Chapecó SC	23,09	15,49	17,94	15
Sicoob São Miguel SC, São Miguel d'Oeste SC	19,12	20,09	21,40	
Sicredi Sul, Criciúma SC	16,51	14,88	15,03	
Cresol Concórdia SC	20,02	19,29	19,38	

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em [bancodata.com.br](http://bancodata.com.br). Acesso em maio 2019.

Se percebe que em 2016, o movimento de queda do indicador ocorreu em 3 cooperativas, explicado pelo cenário econômico e político do Brasil, com o processo de Impeachment da Presidente e incerteza política, sendo a Maxicrédito a que teve a maior queda impulsionada também pela incorporação. Já no ano de 2017, se percebe que o indicador teve crescimento em todas as cooperativas comparadas, possivelmente pela melhora do cenário e expectativas do mercado. No geral, as cooperativas mantêm o mesmo movimento de oscilação e que o indicador não é estático.

#### 4.5. LUCRATIVIDADE E RENTABILIDADE

A Margem Bruta que era de 31,77 em 2015, com a incorporação caiu bastante, passando para 22,93 em 2016 e se recuperando em 2017 onde subiu para 30,39.

No mesmo sentido a Margem Operacional em 2015 era de 15,46, diminuiu para 9,1 em 2016 e voltou a subir para 13,53 em 2017.

A margem líquida acompanhou a mesma situação, em 2015 era de 15,3, diminuiu para 8,92 em 2016 e subiu para 13,46 em 2017.

Desta forma se percebe que a incorporação causou impacto negativo no ano de sua efetivação devido ao desempenho ruim que a incorporada vinha obtendo, porém a MaxiCrédito vem recuperando gradativamente as margens conforme resultados obtidos em 2017.

#### Quadro 10. Lucratividade e Rentabilidade

	2015	2016	2017
Margem Bruta	31,77	22,93	30,39
Margem Operacional	15,46	9,10	13,53
Margem Líquida	15,30	8,92	13,46
Taxa de Retorno sobre Investimento (ROA)	2,70	1,58	2,06
Taxa de Retorno sobre PL (ROE)	15,07	13,06	16,52

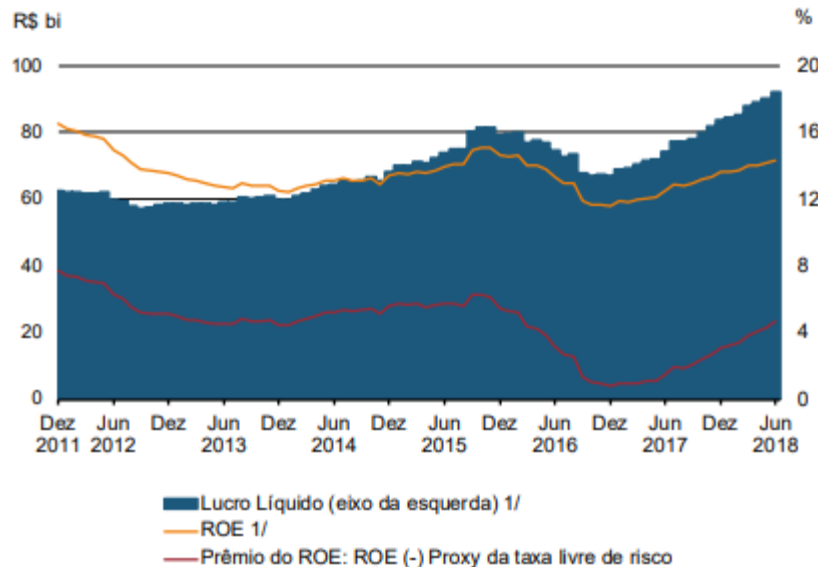
Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Em relação ao ROA ou ROI em 2015 era de 2,7, com a incorporação diminuiu para 1,58 em 2016 e se recuperou em 2017, aumentando para 2,06, impactado pelo resultado de sobras.

O ROE de 15,07 em 2015, com a incorporação diminuiu 13,06 em 2016 e voltou a aumentar, atingindo 16,52 em 2017, o valor mais elevado dos 3 exercícios. Esse indicador demonstra que os associados, que são detentores das cotas de capital, estão sendo melhores remunerados ao compararmos com o investimento total. Essa situação merece destaque pois o ROE é consideravelmente maior que o ROA e 16,52% de retorno sobre o capital, é superior às taxas de retorno de poupança e aplicações mais populares (RDC e LCA), indicando que a incorporação trouxe melhora na remuneração aos associados.

Percebe-se que gradativamente os indicadores vão crescendo, indicando que no longo prazo e incorporação poderá trazer melhores retornos, aos associados e a comunidade em geral.

Figura 10. Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) do Sistema Financeiro



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018\\_10/refPanoramaSFN.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018_10/refPanoramaSFN.pdf). Acesso em maio de 2019.

Ao se comparar a média do ROE do Sistema Financeiro Brasileiro da imagem acima, que em 2015 era 14,6, em 2016 11,6 e em 2017 13,6, a cooperativa mantém seu ROE próximo da média nacional, mostrando que a incorporação contribuiu para a sua manutenção, apesar de que uma leva queda no ano da incorporação.

#### 4.6. ALAVANCAGEM

O GAF era de 1,05 em 2016 e se alterou para 0,32 em 2017. Indicando que a em 2016 cada R\$1,00 de aumento nas receitas, obteve aumento de R\$ 1,05 no Resultado antes da Tributação e da Participação nas Sobras. Em 2017, cada R\$1,00 a mais na receitas, retornou apenas R\$ 0,32 a mais no Resultado antes da Tributação e da Participação nas Sobras, isto pelo fato da variação do Resultado antes da Tributação e da Participação nas Sobras ter sido inferior a variação das receitas.

#### Quadro 11. Alavancagem

	2016	2017
Grau de Alavancagem Financeira (GAF)	1,05	0,32
Grau de Alavancagem Operacional (GAO)	0,37	16,61
Grau de Alavancagem Total (GAT)	0,39	13,57

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Enquanto isso o GAO que era de 0,37 em 2016 aumentou para 16,61. O resultado do indicador é considerado muito bom, pois indica que a Cooperativa está alavancada operacionalmente. O aumento deste indicador se dá principalmente ao fato de, as Receitas de Intermediações Financeiras terem queda de 3,38% em 2017, ocorreu o crescimento de 411,13% no valor de Outras Receitas Não Operacionais, com aumento monetário de mais de 33,6 milhões de reais, fazendo com que no Resultado Antes da Tributação ocorresse o aumento de 69,62% comparado a 2016.

O GAT que era de 0,39 em 2016 também aumentou em 2017 atingindo 13,57, indicando que a variação das sobras Líquidas foi superior a variação das receitas.

O resultado melhor do GAO e GAT foram influenciados pelo maior resultado de sobras em 2017 comprado a 2016, visto que as sobras de 2017 foi o melhor resultado na história da Cooperativa até então.

Desta forma, percebe-se que a incorporação aliada ao momento econômico, impactou o resultado de forma positiva, aumentando drasticamente a Alavancagem Operacional e conseqüentemente a Total.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se reserva a função de detalhar as considerações finais, obtidas por meio do estudo realizado, bem como fazer a contextualização perante os objetivos propostos inicialmente, e por fim, elencar as limitações do estudo e propor sugestões de futuros estudos.

O trabalho, por meio de sua fundamentação teórica, se utilizou de embasamento teórico para entender e compreender as características e elementos necessários para o estudo. Posteriormente foi realizado o levantamento, cálculo e a análise das informações. A escolha da Cooperativa para realização do estudo ocorreu por disposição e pela representatividade no setor de cooperativismo de crédito catarinense, além de ser importante para o desempenho da economia local, sendo um dos pilares de desenvolvimento regional. A análise se deu em um recorte de tempo que contempla período pré, durante e pós incorporação. Diante deste contexto, a análise dos indicadores econômico/financeiros e compreensão do processo de Incorporação ocorrido na Cooperativa de Crédito Sicoob MaxiCrédito, é fundamental para se avaliar o impacto em sua estrutura.

Neste sentido, este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos do processo da incorporação sobre o desempenho econômico-financeiro da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO nos exercícios de 2015, 2016 e 2017. Sendo que ao final do estudo, este objetivo foi alcançado, ao se verificar que houve movimentos em todos os indicadores analisados, e que a incorporação contribuiu com um impacto mais forte sobre alguns destes indicadores.

Ao longo da pesquisa, foi percebido que a queda no número de cooperativas de crédito singulares é um processo que já vem ocorrendo há alguns anos, sendo que os principais motivos dessa queda são a melhoria da organização do SNCC, e a concentração de esforços com a incorporação de cooperativas buscando a padronização, melhoria da qualidade dos serviços e estimulando a concorrência com Bancos comerciais.

As incorporações, nesse contexto, podem ocorrer por estratégia ou por

necessidade. No caso da incorporação base deste estudo, ocorreu por necessidade, onde a Blucredi Sul, pertencente ao sistema Sicoob, passava por situação desfavorável com as operações resultando em perdas por vários anos consecutivos, poderia entrar em liquidação judicial, prejudicar os associados e o próprio sistema a qual faz parte. Sendo a MaxiCrédito convidada a realizar a incorporação, absorver as perdas e trabalhar com os ativos.

Um dos pontos que se destaca, foi a transformação da MaxiCrédito, com a incorporação, em uma das maiores cooperativas de crédito do Brasil, atendendo a mais de 145 mil associados em 70 municípios catarinenses.

Outro ponto importante percebido durante a análise, foi a alteração da estrutura do Balanço Patrimonial da MaxiCrédito, ao aumentar a participação do capital de terceiros como fonte de financiamento do Ativo, também ocorreu aumento da participação do imobilizado. Porém a estrutura de capital se manteve compatível com o setor.

Em relação ao PL, ficou visível que o seu valor aumentou, porém sua participação como fonte de investimento caiu. Dentro do PL as Sobras/Perdas merecem uma atenção especial, a conta vinha com valores positivos e passou a ser negativo devido a incorporação de mais de 100 milhões em perdas. Essa conta vem regredindo o valor das perdas com a compensação das sobras realizadas em 2017. Neste ponto a incorporação não trouxe benefícios no período analisado.

No tocante às Receitas, Despesas e Sobras de exercício, foi possível verificar que houve incremento significativo das receitas, em contrapartida ocorreu também aumento de despesas e principalmente das provisões para créditos de liquidações duvidosas, devido a baixa qualidade das operações incorporadas, aumento esse superior ao das receitas, impactando na queda das sobras no ano da incorporação. Situação essa, que se reverteu em 2017, onde ocorreram sobras com valor recorde até então, indicando que nesse ponto a incorporação deve um impacto positivo.

Nos indicadores de Alavancagem, a incorporação, tornou a MaxiCrédito não alavancada financeiramente em 2017, em contrapartida a Alavancagem operacional subiu substancialmente em 2017, resultando em uma Alavancagem Total de 13,57 no fim de 2017, demonstrando que o impacto pode ser considerado positivo neste ponto.

No decorrer da análise de liquidez e endividamento, percebeu-se que no ano da incorporação a liquidez recuou e o endividamento cresceu, sendo que no ano seguinte a liquidez teve movimento de crescimento e o endividamento de queda, indicando que no decorrer do tempo a tendência pode ser de melhora.

Outro ponto que merece destaque é o índice de Basileia e a Imobilização do PL, onde a incorporação impactou na queda do índice de Basileia e aumento significativo da Imobilização do PL, e que no exercício seguinte a imobilização teve queda enquanto o índice de Basileia subiu. Apesar de o saldo final destes indicadores fecharem 2017 piores que 2015, a MaxiCrédito demonstrou boa gestão, visto que já se identificou movimento de melhora, e mantém os níveis dentro do recomendado pelo Banco Central.

No que tange ao Retorno sobre o capital próprio, a incorporação impactou de forma negativa no ano de sua ocorrência e de forma positiva no ano seguinte, sendo que fechou 2017 com o maior retorno dos períodos analisados. Esse indicador demonstra que a MaxiCrédito possui um retorno atraente para os associados, significativamente superior ao retorno da Poupança, RDC e LCA.

Em termos gerais, a incorporação causou impacto negativo nos indicadores da MaxiCrédito, no ano de sua ocorrência, devido aos ativos de má qualidade e grande aumento de despesas incorporados, porém também foi observado que no mesmo período, ocorreu também a queda dos indicadores em outras cooperativas de crédito catarinenses, evidenciando que a queda se deu também devido ao cenário econômico e político de 2016, sendo que na MaxiCrédito o impacto foi maior devido a incorporação. Já no ano seguinte observa-se uma recuperação dos indicadores, indicando que existe um movimento de melhora nos indicadores e situação financeira e econômica.

Por fim, o resultado deste estudo sugere que a MaxiCrédito demonstra capacidade de absorver a má situação financeira incorporada da Blucredi Sul, e gerir os seus ativos de forma eficiente buscando a recuperação e potencializando o retorno ao seus associados. Apesar de não ter como finalidade o lucro, é muito importante que as Cooperativas obtenham sobras na realização de suas atividades, pois somente desta forma será possível expandir a atuação e envolvimento com a comunidade onde atua,



auxiliando a cooperativa a alcançar sua missão.

Outro resultado do estudo também sugere que, apesar de a incorporação não ter ocorrido de forma estratégica, o resultado do processo poderá trazer melhoria nos resultados e indicadores da MaxiCrédito no Longo Prazo, uma vez que se percebeu que no Curto Prazo já existe melhora, e um acontecimento deste porte, geralmente apresenta melhores resultados em prazo mais alongado.

Na realização desta pesquisa, ocorreram duas dificuldades principais, entender as contas dos demonstrativos, visto que diferem dos utilizados em empresas de comércio e indústria geralmente utilizadas como base de estudos, e analisar os indicadores de forma a aplicar corretamente para instituições financeiras, como exemplo liquidez e endividamento, utiliza-se o Índice de Basileia.

A pesquisa se limita à contextualização do Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito, em sua forma de estruturação e em sua tendência às incorporações. Também limita-se a analisar o Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas da Cooperativa de Crédito Sicoob MaxiCrédito nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, buscando relacionar os seus movimentos com a incorporação ocorrida no ano 2016, baseado na revisão de literatura.

Desta forma, fica como sugestão a novos estudos, realizar a análise em um recorte maior de tempo, englobando mais períodos anteriores ao processo da incorporação e incluir também o fechamento de 2018, buscando ter melhor compreensão do comportamento da MaxiCrédito num período mais estendido e identificando se com o passar dos anos a incorporação indica ser ou se foi uma boa decisão. Bem como realizar uma pesquisa comparando a evolução da MaxiCrédito com demais cooperativas de crédito catarinenses, a fim de contextualizar a evolução dos indicadores e verificar a eficiência da gestão. Ou realizar uma análise baseando-se na metodologia CAMELS proposta por Capelletto (2006).

## REFERÊNCIAS

ANSOFF, H Igor. A Nova estratégia Empresarial. São Paulo: Atlas, 1990.

ARAÚJO, J. B. **Algumas Tendências do Cooperativismo**. 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/algumas-tendencias-do-cooperativismo/26650/>. Acesso em abril de 2019.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Finanças Corporativas e Valor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BACHUR, Ana Beatriz Taveira. **Da transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades no direito brasileiro**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 109, fev 2013. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12883](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12883). Acesso em abril 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama de cooperativas**. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama\\_de\\_cooperativas.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas.pdf). Acesso em abril de 2019.

BANCODATA. Disponível em: <https://bancodata.com.br/>. Acesso em maio 2019

BORGES, C.E. A; CORRÊA, M.L; SILVA, G.A.V. **Mudança na percepção de valor em cooperativas de crédito pós-aglutinação**: um estudo de caso. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v.10, n.2, p. 157-178, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/907/768>. Acesso em março de 2019.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em março. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm). Acesso em fev. 2019.

BREITENBACH, Méri et al. . Indicadores financeiros aplicados à gestão de instituições de ensino de educação básica. Contabilidade Vista & Revista, v. 21, n. 3. 2010.

CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. Mensuração do Risco Sistêmico no Setor Bancário com Utilização de Variáveis Contábeis e Econômicas. São Paulo. USP, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/LucioCapelleto.pdf>. Acesso em abril de 2019

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo**: Desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2004.

ETGETO, A. A. et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. Maringa Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 2005.

GABRIEL, Fabiano; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz João. O impacto do fim da Correção Monetária no Retorno sobre o Patrimônio Líquido dos Bancos no Brasil. Revista Adm. São Paulo, v. 40, n. 1. Jan./fev./mar, 2005.

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes OLIVEIRA, Daniele Lopes. **Contabilidade Ambiental**: História e função – 2009. Gestão & Tecnologia - Faculdade Delta - ISSN 2176-2449. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1404363-Contabilidade-ambiental-historia-e-funcao.html>. Acesso em abril de 2019.

GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Rio Grande do Sul; UFRGS Editora, 2009. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em maio 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

[http://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/regulacao/informe-de-legislacao/basileia-iii-no-brasil.html](http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/regulacao/informe-de-legislacao/basileia-iii-no-brasil.html). Acesso em maio 2019

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços: a análise da liquidez e do endividamento, a análise do giro, a análise da rentabilidade, a análise da alavancagem financeira, indicadores e análises especiais (análise de tesouraria de Fleuriet, EVA, DVA e EBITDA). 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JÚNIOR, Antônio Barbosa Lemes; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBUM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

KALLAS, D. Balanced Scored: aplicação e impactos. Um estudo com jogos de empresas. São Paulo: Universidade de São Paulo - Dissertação - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2003.

KREUZBERG, Fernanda; DOCKHORN, Marcelo; HEIN, Nelson. Ranqueamento das Instituições Financeiras Listadas na BM&F Bovespa: uma Análise pelo Método Displaced

Ideal Modificado com Indicadores Econômico-Financeiros. Contabilidade Vista & Revista, v. 24, n. 4. 2015.

LAMBIN, J. Jacques. Marketing Estratégico. 4a. Ed, Lisboa: McGraw-Hill, 2000.

LEITE, Jacqueline Rosadine de Freitas; SENRA, Ricardo Belízio de Faria. **Aspectos jurídicos das cooperativas de crédito**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

LEMES, Antônio Barbosa Júnior; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração Financeira: Princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. Contabilidade Empresarial. São Paulo. Atlas, 2017.

MARTINS, R. A.; COSTA NETO, P. L. D. O. Indicadores de desempenho para a gestão da qualidade total: uma proposta de sistematização. Gestão & Produção, São Paulo, Dezembro 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. Abordagem gerencial. São Paulo, Atlas. 2010.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento de Recursos Humanos. 1979.

ONO, Fábio Hideki. O Acordo de Basiléia, a Adequação de Capital e a Implementação no Sistema Bancário Brasileiro. 2002. 117 f. (Monografia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/OnoFabioHideki\_TCC.pdf .Acesso em: maio de 2019. Pearson, 2010.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henrique. **Cooperativas de crédito: História da evolução normativa no Brasil**. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em: [http://www.uniprimedourados.com.br/upload/file/pagina/anexo\\_8\\_file1\\_cooperativas-de-credito-histria-da-evoluo-normativa-no-brasil.pdf](http://www.uniprimedourados.com.br/upload/file/pagina/anexo_8_file1_cooperativas-de-credito-histria-da-evoluo-normativa-no-brasil.pdf). Acesso outubro de 2017.

PINHO, D. B.; PALHARES, V. M. A. O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI. Santo André: Editora Confefras, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Cenário Brasileiro**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro>. Acesso em setembro de 2017.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Conheça a distribuição e números de Unidades de Atendimento das Cooperativas de Crédito no Brasil**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2017/05/conheca-a-distribuicao-e-numeros-de-unidades-de-atendimento-das-cooperativas-de-credito-no-brasil>. Acesso em

setembro de 2017.

SAVYTZKY, Taras. *Análise de Balanços. Método Prático*. Curitiba. Juruá Editora, 2011

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo- cooperativa. In. CATTANI, Antônio D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. São Paulo: Forense, 1961.

SOUZA, Márcio Flávio Amaral de; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. *Análise De Desempenho Contábil Financeiro No Setor Bancário Brasileiro Por Meio Da Aplicação Da Análise Envoltória De Dados (Dea) . Base*, v. 6, n. 2. 2009.

SUCUPIRA, G. I. C. S. **Regulação e eficiência em Cooperativas de Crédito**. Dissertação de Mestrado (Economia Aplicada). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa 2011.

TAKASHINA, N. T.; FLORES, M. C. X. *Indicadores da qualidade e desempenho: como estabelecer metas e medir resultados*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

TOLEDO, G. L.; ANSELMO, Eduardo. *Estratégia de Crescimento e Estratégia Competitiva um estudo de caso sobre a evolução dos conceitos em uma empresa metalúrgica*. In: VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

VI ° SEMEAD, 2003, São Paulo. In: Anais do VI° SEMEAD, 2003.

## APÊNDICE

Quadro 12 - Balanço Patrimonial Sicoob MaxiCrédito (2015, 2016 e 2017) Ativos

Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB MAXICRÉDITO	2015	AV	2016	AV	AH		2017	AV	AH		AH 2015/2017	
	Corrigido	%	Corrigido	%	(R\$)	(%)	(R\$)	%	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
<b>ATIVO</b>	<b>1.166.868.059,98</b>	<b>100</b>	<b>1.661.877.940,40</b>	<b>100</b>	<b>495.009.880,42</b>	<b>42</b>	<b>1.857.119.383,20</b>	<b>100</b>	<b>195.241.442,80</b>	<b>11,75</b>	<b>690.251.323,22</b>	<b>59,15</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>780.392.477,20</b>	<b>66,88</b>	<b>1.149.241.845,29</b>	<b>69,15</b>	<b>368.849.368,09</b>	<b>47</b>	<b>1.289.661.769,37</b>	<b>69,44</b>	<b>140.419.924,08</b>	<b>12,22</b>	<b>509.269.292,17</b>	<b>65,26</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>6.196.759,15</b>	<b>0,53</b>	<b>18.708.393,15</b>	<b>1,13</b>	<b>12.511.634,00</b>	<b>202</b>	<b>18.365.569,75</b>	<b>0,99</b>	<b>-342.823,40</b>	<b>-1,83</b>	<b>12.168.810,60</b>	<b>196,37</b>
Disponibilidades	6.196.759,15	0,53	18.708.393,15	1,13	12.511.634,00	202	18.365.569,75	0,99	-342.823,40	-1,83	12.168.810,60	196,37
<b>Títulos e valores Mobiliários</b>	<b>376.580.187,54</b>	<b>32,27</b>	<b>609.000.773,19</b>	<b>36,65</b>	<b>232.420.585,65</b>	<b>62</b>	<b>59.684.058,78</b>	<b>3,21</b>	<b>-549.316.714,41</b>	<b>-90,20</b>	<b>-316.896.128,76</b>	<b>-84,15</b>
Títulos de renda fixa	376.580.187,54	32,27	594.443.136,28	35,77	217.862.948,70	58	5.813.064,52	0,31	-588.630.071,76	-99,02	-370.767.123,02	-98,46
Vinculado a prestação de garantias	0,00	0,00	14.557.636,90	0,88	14.557.636,90		53.870.994,26	2,90	39.313.357,36	270,05	53.870.994,26	
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>8.054.549,04</b>	<b>0,69</b>	<b>38.758.709,95</b>	<b>2,33</b>	<b>30.704.160,91</b>	<b>381</b>	<b>620.813.600,25</b>	<b>33,43</b>	<b>582.054.890,30</b>	<b>1501,74</b>	<b>612.759.051,21</b>	<b>7607,61</b>
Centralização Financeira – Cooperativas	8.054.549,04	0,69	38.758.709,95	2,33	30.704.160,91	381	620.813.600,25	33,43	582.054.890,30	1501,74	612.759.051,21	7607,61
<b>Operações de crédito</b>	<b>344.760.108,78</b>	<b>29,55</b>	<b>383.644.064,00</b>	<b>23,08</b>	<b>38.883.955,22</b>	<b>11</b>	<b>504.536.371,65</b>	<b>27,17</b>	<b>120.892.307,65</b>	<b>31,51</b>	<b>159.776.262,87</b>	<b>46,34</b>
Operações de crédito	402.194.257,82	34,47	507.679.841,05	30,55	105.485.583,20	26	556.282.268,40	29,95	48.602.427,35	9,57	154.088.010,58	38,31
(-) Provisão Operações Líq. Duvidosa	57.434.149,04	4,92	124.035.777,05	7,46	66.601.628,01	116	-51.745.896,75	2,79	72.289.880,30	-58,28	5.688.252,29	-9,90
<b>Outros créditos</b>	<b>28.481.996,50</b>	<b>2,44</b>	<b>82.217.213,86</b>	<b>4,95</b>	<b>53.735.217,36</b>	<b>189</b>	<b>63.198.220,21</b>	<b>3,40</b>	<b>-19.018.993,65</b>	<b>-23,13</b>	<b>34.716.223,71</b>	<b>121,89</b>
Rendas a receber	273.763,08	0,02	1.552.111,29	0,09	1.278.348,21	467	4.244.049,00	0,23	2.691.937,71	173,44	3.970.285,92	1450,26
Avais e fianças honrados	681.141,61	0,06	4.116.378,72	0,25	3.435.237,11	504	2.040.604,67	0,11	-2.075.774,05	-50,43	1.359.463,06	199,59
Diversos	28.307.710,54	2,43	86.513.201,23	5,21	58.205.490,69	206	63.990.434,11	3,45	-22.522.767,12	-26,03	35.682.723,57	126,05
(-) Provisão Outros Crédito Líq. Duvidosa	- 780.618,73	0,07	- 9.964.477,38	0,60	- 9.183.858,65	1176	- 7.076.867,57	0,38	2.887.609,81	-28,98	- 6.296.248,84	806,57
<b>Outros valores e bens</b>	<b>16.318.876,20</b>	<b>1,40</b>	<b>16.912.691,15</b>	<b>1,02</b>	<b>593.814,95</b>	<b>4</b>	<b>23.063.948,73</b>	<b>1,24</b>	<b>6.151.257,58</b>	<b>36,37</b>	<b>6.745.072,53</b>	<b>41,33</b>
Outros valores e bens	16.283.490,43	1,40	16.710.580,82	1,01	427.090,39	3	22.875.189,36	1,23	6.164.608,54	36,89	6.591.698,93	40,48
Despesas antecipadas	35.385,78	0,00	202.110,34	0,01	166.724,55	471	188.759,37	0,01	-13.350,97	-6,61	153.373,59	433,43
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>386.475.582,78</b>	<b>33,12</b>	<b>512.636.095,11</b>	<b>30,85</b>	<b>126.160.512,33</b>	<b>32</b>	<b>567.457.613,83</b>	<b>30,56</b>	<b>54.821.518,72</b>	<b>10,69</b>	<b>180.982.031,05</b>	<b>46,83</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>381.594.251,07</b>	<b>32,70</b>	<b>470.820.694,89</b>	<b>28,33</b>	<b>89.226.443,82</b>	<b>23</b>	<b>529.151.714,98</b>	<b>29,35</b>	<b>58.331.020,09</b>	<b>12,39</b>	<b>147.557.463,91</b>	<b>38,67</b>
<b>Títulos e valores Mobiliários</b>	<b>31.249.722,92</b>	<b>2,68</b>	<b>38.867.739,88</b>	<b>2,34</b>	<b>7.618.016,96</b>	<b>24</b>	<b>60.147.743,00</b>	<b>3,24</b>	<b>21.280.003,12</b>	<b>54,75</b>	<b>28.898.020,08</b>	<b>92,47</b>
Títulos de renda fixa	31.249.722,92	2,68	17.902.130,18	1,08	-13.347.592,74	-42	20.969.798,62	1,13	3.067.668,44	17,14	-10.279.924,30	-32,90
Vinculado a prestação de garantias	0,00	0,00	20.965.609,70	1,26	20.965.609,70		39.177.944,38	2,11	18.212.334,68	86,87	39.177.944,38	
<b>Operações de crédito</b>	<b>319.652.680,43</b>	<b>27,39</b>	<b>397.333.616,52</b>	<b>23,91</b>	<b>77.680.936,09</b>	<b>24</b>	<b>434.307.013,40</b>	<b>23,39</b>	<b>36.973.396,88</b>	<b>9,31</b>	<b>114.654.332,97</b>	<b>35,87</b>
Operações de crédito	319.652.680,43	27,39	397.333.616,52	23,91	77.680.936,09	24	492.963.343,31	26,54	95.629.726,79	24,07	173.310.662,88	54,22
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa							-58.656.329,91	3,16	-58.656.329,91		-58.656.329,91	
<b>Outros créditos</b>	<b>2.024.324,36</b>	<b>0,17</b>	<b>2.268.481,43</b>	<b>0,14</b>	<b>244.157,07</b>	<b>12</b>	<b>3.656.311,43</b>	<b>0,20</b>	<b>1.387.830,00</b>	<b>61,18</b>	<b>1.631.987,07</b>	<b>80,62</b>
Diversos	2.024.324,36	0,17	2.268.481,43	0,14	244.157,06	12	3.656.311,43	0,20	1.387.830,00	61,18	1.631.987,07	80,62
<b>Investimentos</b>	<b>28.667.523,35</b>	<b>2,46</b>	<b>32.350.857,06</b>	<b>1,95</b>	<b>3.683.333,71</b>	<b>12</b>	<b>31.040.647,15</b>	<b>1,67</b>	<b>-1.310.209,91</b>	<b>-4,05</b>	<b>2.373.123,80</b>	<b>8,28</b>
No país	1.115.403,15	0,10	1.625.355,63	0,10	509.952,47	45	0,00	0,00	-1.625.355,63		-1.115.403,15	
Outros investimentos	27.551.359,79	2,36	30.716.788,56	1,85	3.165.428,77	11	31.022.999,42	1,67	306.210,86	1,00	3.471.639,63	12,60
Outros	760,41	0,00	8.712,88	0,00	7.952,46	1045	17.647,73	0,00	8.934,85	102,55	16.887,32	2220,82
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.230,99</b>	<b>0,00</b>	<b>4.230,99</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.230,99</b>	<b></b>	<b>0,00</b>	<b></b>
Imóveis	0,00	0,00	4.230,99	0,00	4.230,99		0,00	0,00	-4.230,99		0,00	
<b>Imobilizado em uso</b>	<b>4.881.331,71</b>	<b>0,42</b>	<b>40.961.204,02</b>	<b>2,46</b>	<b>36.079.872,31</b>	<b>739</b>	<b>37.846.237,72</b>	<b>2,04</b>	<b>-3.114.966,30</b>	<b>-7,60</b>	<b>32.964.906,01</b>	<b>675,33</b>
Imóveis de uso	592.033,50	0,05	27.487.552,29	1,65	26.895.518,79	4542	25.407.955,14	1,37	-2.079.597,15	-7,57	24.815.921,64	4191,64
Outras imobilizações de uso	9.382.227,94	0,80	31.233.841,25	1,88	21.851.613,32	232	32.501.444,93	1,75	1.267.603,68	4,06	23.119.216,99	246,42
(-) Depreciações acumuladas	- 5.092.929,73	0,44	- 17.760.189,52	1,07	-12.667.259,80	248	-20.063.162,35	1,08	-2.302.972,83	12,97	-14.970.232,62	293,94
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>849.965,20</b>	<b>0,05</b>	<b>849.965,20</b>	<b>0</b>	<b>459.661,13</b>	<b>0,02</b>	<b>-390.304,07</b>	<b>-45,92</b>	<b>459.661,13</b>	<b></b>
Direitos de uso	0,00	0,00	2.129.270,15	0,13	2.129.270,14		1.998.001,45	0,11	-131.268,70	-6,16	1.998.001,45	
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	- 1.279.304,94	0,08	-1.279.304,94		-1.538.340,32	0,08	-259.035,38	20,25	-1.538.340,32	

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado nos demonstrativos da MaxiCrédito. (2019)

### Quadro 12 - Balanço Patrimonial Sicoob MaxiCrédito (2015, 2016 e 2017) Passivos e Patrimônio Líquido

<b>PASSIVO</b>	<b>1.166.868.059,98</b>	<b>100,00</b>	<b>1.661.877.940,40</b>	<b>100,00</b>	<b>495.009.880,42</b>	<b>42,42</b>	<b>1.857.119.383,20</b>	<b>100,00</b>	<b>195.241.442,80</b>	<b>11,75</b>	<b>706.423.337,27</b>	<b>59,15</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>844.167.103,08</b>	<b>72,34</b>	<b>1.396.822.960,94</b>	<b>84,05</b>	<b>552.655.857,86</b>	<b>65,47</b>	<b>1.554.172.354,35</b>	<b>83,69</b>	<b>157.349.393,41</b>	<b>11,26</b>	<b>710.005.251,27</b>	<b>84,11</b>
<b>Depósitos</b>	<b>764.229.272,87</b>	<b>65,49</b>	<b>1.269.984.660,14</b>	<b>76,42</b>	<b>505.755.387,27</b>	<b>66,18</b>	<b>1.387.507.714,41</b>	<b>74,71</b>	<b>117.523.054,27</b>	<b>9,25</b>	<b>623.278.441,54</b>	<b>81,56</b>
Depósitos a vista	100.747.324,12	8,63	167.305.548,12	10,07	66.558.224,00	66,06	215.183.350,01	11,59	47.877.801,89	28,62	114.436.025,89	113,59
Depósitos sob Aviso							5.649.246,37	0,30	5.649.246,37		5.649.246,37	
Depósitos a prazo	663.481.948,75	56,86	1.102.679.112,02	66,35	439.197.163,30	66,20	1.166.675.118,03	62,82	63.996.006,01	5,80	503.193.169,28	75,84
<b>Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures</b>							<b>33.766.556,12</b>	<b>1,82</b>	<b>33.766.556,12</b>		<b>33.766.556,12</b>	
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio							33.766.556,12	1,82	33.766.556,12		33.766.556,12	
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>50.697.892,59</b>	<b>4,34</b>	<b>50.291.596,49</b>	<b>3,03</b>	<b>-406.296,09</b>	<b>-0,80</b>	<b>79.989.434,40</b>	<b>4,31</b>	<b>29.697.837,91</b>	<b>59,05</b>	<b>29.291.541,81</b>	<b>57,78</b>
Repasse interfinanceiros	50.697.892,59	4,34	50.291.596,49	3,03	-40.6296,09	-0,80	79.989.434,40	4,31	29.697.837,91	59,05	29.291.541,81	57,78
<b>Relações Interdependências</b>	<b>20.682,97</b>	<b>0,00</b>	<b>57.287,98</b>	<b>0,00</b>	<b>36.605,02</b>	<b>176,98</b>	<b>337.856,22</b>	<b>0,02</b>	<b>280.568,24</b>	<b>489,75</b>	<b>317.173,25</b>	<b>1533,50</b>
Recursos em trânsito	20.682,97	0,00	57.287,98	0,00	36.605,02	176,98	337.856,22	0,02	280.568,24	489,75	317.173,25	1533,50
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>6.138.499,11</b>	<b>0,53</b>	<b>8.782.217,43</b>	<b>0,53</b>	<b>2.643.718,32</b>	<b>43,07</b>	<b>7.031.515,89</b>	<b>0,38</b>	<b>-1.750.701,54</b>	<b>-19,93</b>	<b>893.016,78</b>	<b>14,55</b>
Empréstimos no País - Outras instituições	6.138.499,11	0,53	8.782.217,43	0,53	2.643.718,32	43,07	7.031.515,89	0,38	-1.750.701,54	-19,93	893.016,78	14,55
<b>Obrigações por repasses do País</b>	<b>7.307.747,21</b>	<b>0,63</b>	<b>28.963.042,13</b>	<b>1,74</b>	<b>21.655.294,92</b>	<b>296,33</b>	<b>45.027,84</b>	<b>0,00</b>	<b>-28.918.014,29</b>	<b>-99,84</b>	<b>-7.262.719,37</b>	<b>-99,38</b>
Outras Instituições	7.307.747,21	0,63	28.963.042,13	1,74	21.655.294,92	296,33	45.027,84	0,00	-28.918.014,29	-99,84	-7.262.719,37	-99,38
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15.773.008,33</b>	<b>1,35</b>	<b>38.744.156,77</b>	<b>2,33</b>	<b>22.971.148,44</b>	<b>145,64</b>	<b>45.494.249,47</b>	<b>2,45</b>	<b>6.750.092,70</b>	<b>17,42</b>	<b>29.721.241,14</b>	<b>188,43</b>
Cobrança e Arrecadação de Trib. E assemelhados	127.158,11	0,01	485.710,19	0,03	358.552,08	281,97	624.433,49	0,03	138.723,30	28,56	497.275,38	391,07
Sociais e estatutárias	6.862.220,66	0,59	7.737.340,66	0,47	875.120,00	12,75	8.383.757,30	0,45	646.416,64	8,35	1.521.536,64	22,17
Fiscais e previdenciárias	1.043.137,41	0,09	2.016.568,90	0,12	973.431,48	93,32	2.005.610,78	0,11	-10.958,12	-0,54	962.473,37	92,27
Diversas	7.740.492,16	0,66	28.504.537,02	1,72	20.764.044,87	268,25	34.480.447,90	1,86	5.975.910,88	20,96	26.739.955,74	345,46
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>113.968.337,90</b>	<b>9,77</b>	<b>64.643.972,85</b>	<b>3,89</b>	<b>-49.324.365,05</b>	<b>-43,28</b>	<b>71.866.943,30</b>	<b>3,87</b>	<b>7.222.970,45</b>	<b>11,17</b>	<b>-25.929.380,55</b>	<b>-36,94</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>113.968.337,90</b>	<b>9,77</b>	<b>64.643.972,85</b>	<b>3,89</b>	<b>-49.324.365,05</b>	<b>-43,28</b>	<b>71.866.943,30</b>	<b>3,87</b>	<b>7.222.970,45</b>	<b>11,17</b>	<b>-25.929.380,55</b>	<b>-36,94</b>
<b>Repasse interfinanceiros</b>	<b>85.565.628,79</b>	<b>7,33</b>	<b>63.546.709,61</b>	<b>3,82</b>	<b>-22.018.919,18</b>	<b>-25,73</b>	<b>69.393.623,74</b>	<b>3,74</b>	<b>5.846.914,13</b>	<b>9,20</b>	<b>9,00</b>	<b>-18,90</b>
Repasse interfinanceiros	85.565.628,79	7,33	63.546.709,61	3,82	-22.018.919,18	-25,73	69.393.623,74	3,74	5.846.914,13	9,20	-16.172.005,05	-18,90
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>1.574.048,70</b>	<b>0,13</b>	<b>1.009.892,95</b>	<b>0,06</b>	<b>-564.155,75</b>	<b>-35,84</b>	<b>2.428.291,72</b>	<b>0,13</b>	<b>1.418.398,77</b>	<b>140,45</b>	<b>854.243,02</b>	<b>54,27</b>
Empréstimos no País - Outras instituições	1.574.048,70	0,13	1.009.892,95	0,06	-564.155,75	-35,84	2.428.291,72	0,13	1.418.398,77	140,45	854.243,02	54,27
<b>Obrigações por repasses do País</b>	<b>23.729.800,00</b>	<b>2,03</b>	<b>87.370,30</b>	<b>0,01</b>	<b>-23.642.429,70</b>	<b>-99,63</b>	<b>45.027,84</b>	<b>0,00</b>	<b>-42.342,46</b>	<b>-48,46</b>	<b>-23.684.772,16</b>	<b>-99,81</b>
Outras Instituições	23.729.800,00	2,03	87.370,30	0,01	-23.642.429,70	-99,63	45.027,84	0,00	-42.342,46	-48,46	-23.684.772,16	-99,81
<b>Outras Obrigações</b>	<b>3.098.860,42</b>	<b>0,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.098.860,42</b>	<b>-100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>-3.098.860,42</b>	
Diversas	3.098.860,42	0,27	0,00	0,00	-3.098.860,42	-100,00	0,00	0,00	0,00		-3.098.860,42	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>208.732.619,00</b>	<b>17,89</b>	<b>200.411.006,60</b>	<b>12,06</b>	<b>-8.321.612,39</b>	<b>-9,99</b>	<b>231.080.085,55</b>	<b>12,44</b>	<b>30.669.078,95</b>	<b>15,30</b>	<b>22.347.466,55</b>	<b>10,71</b>
<b>Capital Social</b>	<b>105.249.480,20</b>	<b>9,02</b>	<b>180.976.468,83</b>	<b>10,89</b>	<b>75.726.988,63</b>	<b>71,95</b>	<b>181.991.478,77</b>	<b>9,80</b>	<b>1.015.009,94</b>	<b>0,56</b>	<b>76.741.998,57</b>	<b>72,91</b>
Capital de Domiciliados	105.460.197,42	9,04	182.387.825,36	10,97	76.927.627,94	72,94	181.991.478,77	9,80	-396.346,59	-0,22	76.531.281,35	72,57
(Capital a Realizar)	-210.717,23	-0,02	-1.411.356,53	0,08	-1.200.639,30	569,79		0,00	1.411.356,53		210.717,23	
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>90.762.617,11</b>	<b>7,78</b>	<b>124.865.528,02</b>	<b>7,51</b>	<b>34.102.910,91</b>	<b>37,57</b>	<b>138.326.404,46</b>	<b>7,45</b>	<b>13.460.876,44</b>	<b>10,78</b>	<b>47.563.787,35</b>	<b>52,40</b>
Reserva Legal	74.450.412,71	6,38	83.574.768,17	5,03	9.124.355,45	12,26		7,45	54.751.636,29	65,51	63.875.991,75	85,80
Outras	14.500.005,12	1,24	16.584.388,68	1,00	2.084.383,56	14,3	138.326.404,46	0,00	-16.584.388,68	-100,00	-14.500.005,12	
Reserva Especial de Lucros	1.812.199,28	0,16	24.706.371,17	1,49	22.894.171,89	1263,34		0,00	-24.706.371,17	-100,00	-1.812.199,28	
<b>Sobras/Perdas a Disposição da Assembléia</b>	<b>12.720.521,69</b>	<b>1,09</b>	<b>-105.430.990,24</b>	<b>6,34</b>	<b>-118.151.511,94</b>	<b>-928,83</b>	<b>-89.237.797,68</b>	<b>4,81</b>	<b>16.193.192,56</b>	<b>-15,36</b>	<b>-101.958.319,37</b>	<b>-801,53</b>
Perdas Acumuladas - Incorporações	-1.812.199,28	0,16	-96.106.337,15	5,78	-94.294.137,87	5203,30		0,00	96.106.337,15	-100,00	1.812.199,28	
Perdas - Exercício Encerrado - Incorporações	R\$ 0,00	0,00	-18.690.157,48	-1,12	-18.690.157,48		-103.936.659,70	-5,60	-85.246.502,22	456,10	-103.936.659,70	
Sobras do Exercício	14.532.720,98	1,25	9.365.504,39	0,56	-5.167.216,59	-35,56	14.698.862,02	0,79	5.333.357,63	56,95	166.141,04	1,14

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado nos demonstrativos da MaxiCrédito. (2019)

Quadro 13 – Demonstrações de Sobras ou Perdas Sicoob MaxiCrédito (2015, 2016 e 2017)

DSP	Período X Evolução											
	2015	AV	2016	AV	AH		2017	AV	AH		AH 2015/2017	
	Corrigido	%	Corrigido	%	(R\$)	(%)	(R\$)	%	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Receitas de Intermediação Financeira	205.620.798,69	100,	293.570.352,28	100	87.949.553,60	42,77	283.652.615,75	100	-9.917.736,53	-3,38	78.031.817,06	37,95
(+) Rendas Operações de Crédito	156.408.940,13	76,07	214.663.671,70	73,12	58.254.731,53	37,25	234.385.290,78	82,63	19.721.619,12	9,19	77.976.350,65	49,85
(+) Resultado Operações Títulos Valore Mobiliários	49.211.858,55	23,93	78.906.680,62	26,88	29.694.822,07	60,34	49.267.324,97	17,37	-29.639.355,65	-37,56	55.466,42	0,11
Despesas de Intermediação Financeiras	140.289.686,25	68,23	-226.255.372,56	77,07	-85.965.686,31	61,28	-197.452.275,50	69,61	28.803.097,06	-12,73	57.162.589,25	40,75
(-) Operações de Captação no Mercado	-76.081.061,95	37,00	-122.296.278,80	41,66	-46.215.216,82	60,74	-102.863.644,07	36,26	19.432.634,70	-15,89	26.782.582,12	35,20
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	-6.017.211,43	2,93	-7.853.826,17	2,68	-1.836.614,75	30,52	-7.723.470,79	2,72	130.355,39	-1,66	1.706.259,36	28,36
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	-58.191.412,87	28,30	-96.105.267,62	32,74	-37.913.854,74	65,15	-86.865.160,64	30,62	9.240.106,98	-9,61	28.673.747,77	49,27
Resultado Bruto da Intermediação Financ	65.331.112,43	31,77	67.314.979,72	22,93	1.983.867,29	3,04	86.200.340,25	30,39	20.074.798,13	28,06	20.869.227,82	31,94
Outras Receitas / Despesas Operacionais	-33.018.862,93	16,06	-64.721.984,32	22,05	-31.703.121,38	96,02	-46.952.525,77	16,55	17.769.458,55	-27,46	148.066.676,24	42,20
(+) Receitas de Prestação de Serviços	16.961.310,84	8,25	35.322.657,02	12,03	18.361.346,18	108,25	44.103.732,97	15,55	8.781.075,95	24,86	27.142.422,13	160,03
(-) Despesas de Pessoal	-22.648.801,66	11,01	-45.969.285,02	15,66	-23.320.483,36	102,97	-52.445.021,39	18,49	-6.475.736,37	14,09	29.796.219,73	131,56
(-) Outras Despesas Administrativas	-19.173.396,93	9,32	-47.123.120,61	16,05	-27.949.723,67	145,77	-62.829.125,02	22,15	-15.706.004,41	33,33	43.655.728,09	227,69
(-) Despesas Tributárias	-989.244,77	0,48	-1.162.609,04	0,40	-173.364,28	17,52	-2.050.988,78	0,72	-888.379,73	76,41	1.061.744,01	107,33
(+) Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	100.637,21	0,05	165.977,39	0,06	65.340,18	64,93		0,00	-165.977,39	-100,00	100.637,21	-100,00
(+) Outras Receitas Operacionais	1.901.189,86	0,92	8.182.912,35	2,79	6.281.722,50	330,41	41.825.274,43	14,75	33.642.362,07	411,13	39.924.084,57	2099,95
(-) Outras Despesas Operacionais	-9.170.557,48	4,46	-141.38516,41	4,82	-4.967.958,93	54,17	-15.556.397,98	5,48	-1.417.881,57	10,03	6.385.840,50	69,63
Resultado Operacional	32.312.249,50	15,71	2.592.995,40	0,88	-29.719.254,10	-91,98	39.247.814,48	13,84	37.844.256,67	1413,61	6.935.564,98	21,46
Resultado não Operacional	-525.557,14	0,26	24.121.117,26	8,22	24.646.674,41	-4689,63	-874.870,57	0,31	-24.995.987,83	-103,63	349.313,43	66,47
Resultado antes da Tributação e da Participação no Lucro	31.786.692,35	15,46	26.714.112,66	9,10	-5.072.579,69	-15,96	38.372.943,91	13,53	12.848.268,84	69,62	6.586.251,56	20,72
Imposto de Renda e Contribuição Social	-331.062,62	0,16	-534.198,26	0,18	-203.135,64	61,36	-194.418,30	0,07	339.779,96	-63,61	136.644,32	-41,27
Imposto de Renda	-186.508,45	0,09	-307.622,63	0,10	-121.114,18	64,94	-106.010,89	0,04	201.611,75	-65,54	80.497,56	-43,16
Contribuição Social	-144.554,17	0,07	-226.575,62	0,08	-82.021,45	56,74	-88.407,41	0,03	138.168,21	-60,98	56.146,76	-38,84
Sobras Líquidas do Período	31.455.629,73	15,30	26.179.914,40	8,92	-5.275.715,33	-16,77	38.178.525,61	13,46	13.188.048,80	45,83	6.722.895,88	21,37
Juros sobre o Capital Próprio	-2.750.138,00	1,34	-2.344.762,00	0,80	405.375,99	-14,74	-2.501.629,14	0,88	-156.867,13	6,69	248.508,86	-9,04
Sobras Líquidas após JCP	28.705.491,73	13,96	23.835.152,40	8,12	-4.870.339,33	-16,97	35.676.896,47	12,58	13.031.181,67	49,68	6.971.404,74	24,29

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado nos demonstrativos da MaxiCrédito. (2019)



## Quadro 14 – Quadro de Indicadores

Indicador	Período		
	2015	2016	2017
<b>LIQUIDEZ</b>			
Liquidez Corrente	0,92	0,82	0,83
Liquidez Seca	0,92	0,82	0,83
Liquidez Imediata	0,01	0,01	0,01
Liquidez Geral	1,21	1,11	1,12
<b>ENDIVIDAMENTO</b>			
Endividamento Geral sobre o ativo	82,11	87,94	87,56
Endividamento de Curto Prazo s/ Total	88,11	95,58	95,58
Endividamento Geral sobre o Patrimônio Líquido	459,03	729,23	631,54
Garantia do Capital Próprio	21,79	13,71	14,21
<b>RENTABILIDADE</b>			
Taxa de retorno s/ Investimentos	2,70	1,58	2,06
Taxa de retorno s/ PL	15,07	13,06	16,52
<b>LUCRATIVIDADE</b>			
Margem Bruta	31,77	22,93	30,39
Margem Operacional	15,46	9,10	13,53
Margem Líquida	15,30	8,92	13,46
Giro do Ativo Total		0,21	0,16
Giro do Ativo Operacional		0,30	0,23
<b>ALAVANCAGEM</b>			
Grau de alavancagem Financeira - GAF		1,05	0,66
Grau de alavancagem Operacional - GAO		0,37	20,61
Grau de alavancagem Total - GAT (GAF X GAO)		0,39	13,57
<b>OUTROS</b>			
Grau de Imobilização do PL	2,34	20,44	16,38

Fonte: Elaborado pelo autor. (2019)